

N.º 2

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Évora Efectuada em 21 de Fevereiro de 2003

A 21 de Fevereiro de 2003, reuniu, pelas 21h30m, nos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem do Dia:** 

- 1. Tomada de Posse dos Membros do Conselho Municipal de Segurança de Évora, que não tiveram a possibilidade de estar presentes no acto de posse que teve lugar em 06 de Janeiro de 2003.
- 2. Discussão e Aprovação do Regulamento definitivo do Conselho Municipal de Segurança de Évora.
- 3. Deliberação sobre o Estatuto do Provedor do Munícipe.
- 4. Informação do Presidente da Câmara Municipal de Évora sobre a actividade do Município bem como da situação financeira do mesmo.
- 5. Deliberação para autorizar a CME a contrair empréstimos de curto prazo durante o ano de 2003.
- 6. Aprovação dos montantes das Taxas, Tarifas e Preços, que passaram a ser atribuição das câmaras municipais através dos Decretos-Lei, n.º s 264/2002, de 25 de Novembro e 310/2002, de 18 de Dezembro.
- 7. Informação sobre o Protocolo a estabelecer entre a CME e a CHC Cooperativa de Habitação e Construção com vista à construção, tendo em vista a habitação social, de 16 fogos na Horta das Figueiras (Praceta Natália Correia), e de 38 fogos na Freguesia do Bacelo (Praca das Coronheiras).
- 8. Deliberação para autorizar a CME a vender em hasta pública 31 lotes de terreno.
- 9. Deliberação sobre o projecto de Regulamento Municipal das Zonas de Estacionamento de Duração limitada no Centro Histórico de Évora.
- 10. Deliberação sobre o Projecto de Regulamento do Mercado Temporário.

#### Constituição da Mesa:

Presidente – Dr. Luís Manuel Capoulas Santos

1º Secretário – José da Silva Costa Russo



2º Secretário – Dr. João Luís Latas Lázaro

### A Câmara Municipal fez-se representar por:

**Presidente** – Dr. José Ernesto d'Oliveira

**Vereadora** – Sr.<sup>a</sup> Vereadora Fernanda Ramos

Vereador – Arq.º Miguel Lima

Vereadora – Dr. a Maria Clara Grácio

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

Tomada de Posse dos Membros do Conselho Municipal de Segurança de Évora, que não tiveram a possibilidade de estar presentes no acto de posse que teve lugar em 06 de Janeiro de 2003:

Presidente da Junta de Freguesia da Malagueira – Dr.ª Maria Luísa Figueiredo Palma Baião

Presidente da Freguesia de N.ª Sr.ª da Saúde – Eng.º Vítor Jaime Ribeiro dos Santos

Presidente da Freguesia de S. Vicente do Pigeiro – Sr. Miguel Galvão Garcia Chumbo

Representante da Guarda Florestal – Eng.º José Manuel Ramalho

Representação do Serviço de Protecção Civil – Eng.º Oliveira Rodrigues

Representação do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência de Évora – Dr. João Almeida

Cidadão designado pela Assembleia Municipal – Sr. José Teixeira

Ficaram ainda por tomar posse os representantes das seguintes entidades:



Presidente da Junta de Freguesia da Boa-Fé – Sr. Jerónimo António Coelho Mendes

Centro Social de Nossa Senhora Auxiliadora, Cáritas Paroquial – D.ª Jacinta Godinho

União Geral de Trabalhadores – Sr. Daniel José Lança Fernandes

Nere – Núcleo Empresarial da Região de Évora – Dr. Joaquim Aleixo

Associação de Agricultores do Distrito de Évora – Dr. Manuel Duarte Calejo Pires

POR SOLICITAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL FOI PROPOSTO A RETIRADA DO PONTO 9 DA ORDEM DE TRABALHOS.

A CÂMARA MUNICIPAL MANIFESTOU A SUA DISPONIBILIDADE PARA MARCAÇÃO DE UM DIA PARA A REALIZAÇÃO DA VISITA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL ÀS OBRAS DO MUNICIPIO – O DIA AGENDADO FOI O 22 DE MARÇO.

## APRESENTAÇÃO DE 6 MOÇÕES:

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra à Senhora Deputada Municipal Carmen Balesteros: "A questão que queria abordar é relacionada com a Praça de Touros de Évora e o eventual Pavilhão Multiusos da cidade. Até ao momento (quer os membros desta Assembleia quer do público em geral), não dispomos de qualquer documento concreto que nos permita avaliar e apreciar aquilo que se pensa construir na Praça de Touros. Lemos, contudo, em alguma comunicação social, algumas noticias sobre a assinatura do protocolo com a família que é proprietária da Praça de Touros. Esta informação dada nos meios de comunicação social apenas contempla a congratulação de todos pela assinatura do protocolo, e uma informação sobre a duração deste protocolo ser de duração de 25 anos. Esta Câmara Municipal propõe-se a gastar algum dinheiro e meios humanos na recuperação daquele espaço, o que naturalmente beneficiará a cidade durante uma geração de 25 anos e depois aquele espaço voltará para a família detentora da Praça de Touros. Esta situação suscita a questão: Até que ponto é que um investimento num espaço, apesar da sua necessidade, em que ao fim de 25 anos vai reverter para propriedade privada é vantajoso? Durante os 25 anos será a população que vai beneficiar desse investimento, mas ao fim de 25 anos será um privado que beneficiará desse investimento.

Um outro projecto adiado é o do Pavilhão multiusos, e que não se encontra ainda em projecto. A minha questão é: até que ponto é que se justifica um investimento ainda que pequeno,



quando o futuro parque de feiras e exposições vai precisar para ser animado, também de um pavilhão multiusos? E até que ponto aquilo que existe de investimento pensado no plano Plurianual de investimentos, até que ponto esse montante é significativo e suficiente para transformarmos aquele espaço num espaço que tenha a dignidade que merece? São sobretudo reflexões para pensarmos em conjunto, mas solicitava à Câmara a sua disponibilidade para esclarecer esta bancada sobre estas questões."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao **deputado municipal José Russo:** "Venho trazer a esta Assembleia o assunto da Academia de Música Eborense. A bancada da CDU nesta Assembleia fez uma visita à Direcção da Academia, que nos levou a constatar que estamos perante um problema para o qual são necessárias intervenções rápidas, e outras intervenções a médio e longo prazo. Encontramos na actual Direcção uma vontade e uma determinação que nos parece positiva no sentido de também terem a perspectiva de querer a solução para o problema.

São necessárias algumas ajudas para que se possa fazer aquilo que é necessário, por forma a evitar que a Academia tenha de fechar. A Academia é uma colectividade centenária, que deu muito a esta cidade e a esta região, que por circunstâncias várias, que entendemos que devem ser apuradas, está neste momento nesta situação. Sabemos, que em termos imediatos, é necessário conjugar vontades e apoios, para encontrarmos soluções afim de resolver o problema da Academia de Música de Évora. Gostávamos de colocar à consideração da Assembleia Municipal, porque entendemos que o nosso município deve estar na primeira linha da defesa e do apoio a esta instituição. Os problemas da Academia não são solucionáveis só com o apoio da Câmara Municipal de Évora, mas pelo que a Assembleia Municipal e a Câmara representam, penso que deveria haver aqui um empenho urgente, para encontrarmos soluções, ou após a sua avaliação chegarmos à conclusão de que não existem soluções.

O que queremos colocar à vossa consideração, tendo em conta esta visita que fizemos à Academia, era que a Assembleia Municipal ponderasse a realização de uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal a curto prazo, para a qual se pudesse convidar um conjunto de pessoas e entidades, no sentido de se conversar e tentar encontrar as soluções necessárias. Queria ainda solicitar à Câmara que servisse de imediato de "balão de oxigénio", para que a Academia não feche as portas num curto prazo.

Estamos perante um problema complexo, mas importa tentar resolvê-lo porque tem sido uma instituição que tem dado muito à nossa região."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal toma a palavra: "Uma proposta deste tipo, quer da parte do presidente da Assembleia a quem cabe convocar a Assembleia, ou por 1/3 do seu número, exige uma proposta mais fundamentada, ou seja, indicar qual o objectivo, quais as entidades a serem ouvidas. Porque para convocar uma assembleia extraordinária o prazo legal para fazer sair a convocatória é de 5 dias, desse modo penso que deverá haver uma melhor fundamentação e identificação das pessoas a convocar, para que eu possa proceder a uma reunião com as lideranças das respectivas bancadas e ver se a proposta está suficientemente amadurecida."



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao **deputado municipal José Russo:** "De acordo com as considerações do Senhor Presidente, proponho que se crie um grupo de trabalho da Assembleia que procurasse criar as condições para a realização dessa Assembleia extraordinária, sendo um problema da Assembleia, e se a Assembleia o assumir como tal, se preparasse para a realização dessa Assembleia."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao **deputado municipal João Ricardo:** "Eu segui tal como a Dr.ª Carmen Balesteros o protocolo que a Câmara estabeleceu com os proprietários da praça de Touros de Évora, e fiquei bastante satisfeito por se ter encontrado uma solução para a praça, o que também me faz ter esperanças que se encontre uma solução para a praça de touros da Azaruja, que se encontra na mesma situação de Évora. Queria também mostrar a disponibilidade para que se crie um grupo de pessoas interessadas que possam estudar a forma de resolver o problema da praça de touros da Azaruja, sendo este ano de 2003 um ano bom para que se façam negociações com a família detentora da praça, uma vez que a família se encontra na Azaruja."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal toma a palavra: "Gostava de colocar uma questão relativa à Praça de touros, se o Senhor Presidente da Câmara no ponto da ordem de trabalhos que diz respeito à actividade da Câmara, se pretende abordar este assunto ou não?"

Dado o Senhor Presidente da Câmara manifestar que não o pretenderia fazer, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara:** "Em relação à visita às obras pela Assembleia Municipal queria só mais uma vez manifestar a disponibilidade total da Câmara Municipal para acompanhar os Senhores deputados municipais nessa visita.

Relativamente à Praça de Touros, a família Torres Vaz Freire é proprietária daquela praça desde a sua fundação, e hoje a propriedade é de nove herdeiros, que moram nos sítios mais diferentes do País. Conseguiram chegar a um acordo entre eles, e indicaram um que representasse a família e os seus interesses, e fizeram chegar à Câmara Municipal a sua preocupação, na medida em que não estavam disponíveis para qualquer acção de recuperação da Praça de Touros.

Em tempos a família encomendou um estudo prévio a um arquitecto especializado, e concluíram que não tinham condições para suportar a recuperação da praça. Vieram à Câmara propor a demolição da Praça de Touros e proporem que naquele espaço fosse edificado habitação, comercio e serviços. A Câmara Municipal disse que não se iria contemplar esse processo, porque a Praça de Touros constitui uma memória da cidade e que o nosso interesse era recuperá-la. Entretanto chegou um empresário à Câmara Municipal com a intenção de construir uma Praça de Touros nova, completamente privada. A CME entrou em contacto com a família e expôs a situação, fazendo ver que licenciar duas Praças de touros em Évora é uma situação descabida, e a CME está disposta a entrar num quadro de negociações que leve à recuperação. A família aceitou entrar em negociações com a CME e destas negociações resultaram uma base de consenso: Garantido que seja o usufruto pela CME da Praça de Touros por um período superior a 15 anos, a CME é beneficiária do Programa Operacional Regional, podendo desta forma ir buscar dinheiro comunitário para recuperação daquele edifício. Ao mesmo tempo a CME pensou que não fazia sentido estar a investir dinheiro numa Praça de Touros, logo de imediato a CME disse à família se estaria interessada que o seu património fosse transformado num recinto fechado, ou com uma cobertura amovível onde fosse



possível realizar espectáculos taurinos mas que tivesse uma vocação polivalente. A confusão de chamar àquilo pavilhão multiusos não é da CME. É um recinto que permite a realização de concertos, manifestações concertos, manifestações tipo grandes congressos, espectáculos desportivos. O projecto que apresentamos à família passa pela construção de 10 espaços comerciais e de um restaurante. Foi nesta base que a negociação com a família foi conduzida e chegámos finalmente a uma fórmula económica que permite calcular o período em que a CME sem pagar qualquer renda à família e garantindo o completo usufruto da praça pela CME, por forma que ao longo de 25 anos a CME verá ressarcida do investimento que foi feito. Neste contexto foi celebrado um contrato programa, que prevê, até um período de tempo de 3 anos a CME deverá iniciar as obras à Praça de Touros, e caso a CME não o faça a família retoma a praça. Este projecto veio à reunião de câmara só para ser aprovado, e não sendo necessário, mas eu quis que toda a câmara se pronuncia-se sobre o mesmo, e foi aprovado sem votos contra, com 4 votos a favor e 2 abstenções.

Em relação à Academia de Música, a câmara tem acompanhado com muita preocupação a situação da academia, temos tido reuniões frequentes, quer com a anterior Direcção quer com os actuais corpos gerentes, e a posição da câmara perante a academia é muito clara, vemos com grande preocupação a sua situação, a câmara municipal está disposta a continuar a ajudar como fez o ano passado e como certamente fará este ano, mas gostávamos que essa nossa ajuda encontra-se a academia num estado de identificação de corpos sociais eleitos, porque como o Senhor Deputado Municipal compreende na situação que se vivia anteriormente em que não havia nenhuma garantia de solidez na solução que se fosse encontrar a situação financeira da câmara obriga-nos a ser ponderados. Uma vez ultrapassada essa fase a câmara municipal fará um esforço para ajudar a academia, na medida das nossas possibilidades.

Em relação à questão colocada pelo Senhor Deputado Municipal João Ricardo, não será possível à CME repetir na Azaruja o mesmo que fizemos em Évora, no entanto também ao Senhor que contactou a CME com a intenção de construir uma praça de touros, foi canalizado a contactar a família detentora da praça de touros da Azaruja."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao **deputado municipal Jorge Lourido:** "Na sequência do nosso colega José Russo, e sem partidarizar esta questão porque é uma questão de interesse de toda a cidade, do ponto de vista da subsistência e da existência da própria Academia, é necessário dois tipos de apoio, sendo um primeiro um subsídio, e um segundo apoio, a celebração de um protocolo com a CME na utilização do auditório da Academia. Estes são dois pontos essenciais, sob pena de não haver viabilidade de todo o processo de trabalho que esta nova Direcção está a ter, e todo o tipo de contactos que a Academia está a estabelecer virem a não ter resultado se estes apoios não forem concedidos. O fecho da escola de música implicou a perda de emprego para cerca de cem professores e funcionários que trabalhavam na Academia, e o paralelismo pedagógico é essencial para haver o apoio da Direcção Regional de Educação, que assegura, por exemplo, que no mínimo 50 professores e funcionários possam desenvolver a sua actividade ali naquela escola.

A proposta que o José Russo fez aqui, é no sentido de encontrarmos um grupo de trabalho que fizesse contactos através da DREA, da CCRA e de outras entidades que pudessem lançar a mão a esta escola, e que num prazo de 15 dias 3 semanas a Assembleia se reunisse de forma extraordinária para debater e tomar conhecimento, e fazer alguma pressão sobre essas entidades para que se encontre uma solução a curto prazo."



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara:** "Queria só ainda comunicar, no sentido daquilo que o Sr. Jorge Lourido referiu, que vou ser recebido pelo Sr. Ministro da Cultura na próxima terça-feira, e levo dois pontos na agenda, um é a Biblioteca Pública de Évora e a situação do arquivo e um segundo é a Academia de Música de Évora."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra à **deputada municipal Carmen Balesteros:** "Queríamos regozijarmo-nos por fazer parte da agenda de trabalhos do Senhor Presidente da Câmara na reunião com o Senhor Ministro da Cultura, a Biblioteca Pública de Évora, e perante essa informação ficamos todos ansiosos por saber qual o resultado dessa reunião.

Em relação à questão da Academia, potenciar os recursos que a Academia tem, é fazer sobreviver a Academia e ultrapassar a grave situação financeira. E bom exemplo disso, é o Festival Coca-Cola, que se vai realizar no Domingo próximo, e que vai trazer um elenco de artistas de renome nacional a Évora, e possibilitar que algumas coisas novas saiam daí.

No que diz respeito à questão da Praça de Touros e do Pavilhão Multiusos, que não fui eu que lhe chamei assim, e gostaria de colocar uma pergunta: referiu a construção de 10 espaços comerciais e de um restaurante, em relação à construção desses espaços comerciais, de quem é que vai ser a propriedade desses espaços ao fim desses 25 anos? Revertem novamente à família Torres Vaz Freire ou a autarquia será proprietária dessas construções?"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara:** "Os 10 espaços integram o edifício hoje denominado Praça de Touros de Évora, ou seja, a CME explorará esses espaços comerciais e o restaurante, e ao fim desses 25 anos voltará a Praça de Touros à posse da família."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal toma a palavra: "Uma Assembleia Municipal Extraordinária, nos termos da Lei e do Regimento, pode ser convocada pelo Presidente, sob proposta da Câmara ou expressamente convocada por um terço dos membros da Assembleia, ou seja, nestes termos a Bancada da CDU tem o número de elementos suficientes para convocar uma Assembleia Extraordinária para esse ou qualquer outro efeito. O Regimento diz que, solicitada uma Assembleia extraordinária nesses termos, o Presidente tem outros cinco dias para a convocar, pareceu-me que se trata de uma Assembleia não apenas com a presença dos seus membros, mas segundo depreendi o interesse é que também venham outras entidades dar algum contributo.

Tendo em conta a proposta apresentada pelo Senhor Deputado Municipal José Russo, proponha-se a constituição de um Grupo de trabalho que formalizaria ao Presidente, dispensando o requisito das assinaturas, e assim sendo, se por um lado há um direito imperativo de convocar a reunião, por outro não há um direito imperativo para definir os termos em que ela vai ser feita, e desta forma, penso que há consenso em criar um Grupo de trabalho, com a proporcionalidade respectiva, e se estiverem de acordo com esta proposta, peço a cada uma das Bancadas que indique o nome do seu representante.

O período de antes da ordem do dia é destinado à leitura resumida do expediente, no entanto, não fazemos a leitura resumida do expediente porque convencionámos que é distribuída a



correspondência que chegou até à convocatória e depois, aqui no dia da sessão é distribuída a que chegou entretanto, portanto para a apreciação de deliberação sob proposta de moções e votos de louvor, passarei a apresentar as 6 que deram entrada na mesa."

#### Documento N.º 1 - Voto de pesar

Primeira subscritora - Deputada Municipal Mafalda Troncho, a cujo pedido é o Senhor Presidente a ler o respectivo voto de pesar:

"João António Gonçalves do Amaral foi um democrata, um combatente pela liberdade, um político inteligente e integro que dignificou a política portuguesa. Para além de Deputado à Assembleia da República e Vice-Presidente da Assembleia da República, João Amaral foi, também, Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, tendo sido um autarca exemplar.

A Assembleia Municipal de Évora lamenta profundamente a perda de João Amaral, que muito contribuiu para a construção de um Portugal Democrático.

A Assembleia Municipal de Évora aprova um voto de pesar pelo falecimento de João Amaral, apresentando as suas condolências á família, amigos e à Assembleia Municipal de Lisboa."

#### Aprovado por unanimidade

## Documento N.º 2 - MOÇÃO - APELO À PAZ

#### Primeiro Subscritor: Deputado Municipal Acácio Alferes (PS)

"Pese embora o aparente recuo das posições mais belicistas dos Estados Unidos da América do Norte e de alguns dos seus seguidores e apoiantes de 1.ª hora, entre os quais se destaca o governo português, a paz continua em perigo.

A Firmeza, e a posição clarividente e de não submissão de alguns países da U.E. e de alguns outros pilares geopolíticos do mundo, reforçadas por uma avassaladora manifestação da opinião pública a favor da paz e por gigantescas marchas de repúdio à guerra, travaram, em primeira instância, a marcha brutal para uma guerra eminente.

A posição assumida pela U.E. na sua última cimeira extraordinária de Bruxelas veio dar uma nova oportunidade à paz.



Ao recolocarem o problema na esfera do Direito Internacional, ao apontarem para a necessidade de serem dados tempo e recursos aos inspectores da ONU a ao exigirem uma cooperação plena e imediata por parte do Iraque, os países da U.E. apontam um caminho realista e coerente de salvaguarda da paz.

Assim, a Assembleia Municipal de Évora, reunida nos Paços do Concelho no dia 21 de Fevereiro de 2003 delibera:

- 1 Repudiar a atitude do Governo dos Estados Unidos da América por continuar a declarar a intenção de impor uma guerra unilateral, mesmo que seja ao arrepio das normas do Direito Internacional.
- 2 Condenar o Governo do Iraque pelas sucessivas e graves violações dos direitos humanos cometidas contra o seu próprio povo e mesmo contra países vizinhos e pela deficiente cooperação com os inspectores da ONU.
- 3 Esperar que o Governo Português, depois de ter aprovado as decisões da recente cimeira extraordinária da U.E., não venha a manifestar novamente o apoio a um eventual ataque dos EUA ao Iraque sem prévia autorização da ONU, repetindo a posição de seguidismo à administração Bush. Tal significaria um verdadeiro atentado ao bom nome de Portugal.
- 4 Apelar às forças em confronto para evitarem uma radicalização de posições ainda mais profunda. Só assim será possível evitar uma guerra de consequências imprevisíveis mas certamente trágicas que acabará por espalhar o sofrimento e a morte a dezenas ou centenas de milhares de vítimas inocentes.

## Documento N.º 3 - MOÇÃO - CONTRA O DESEMPREGO

#### Primeira Subscritora: Deputada Municipal Maria Gabriela Martins da Silva (PS)

- 1. Em resultado duma governação com forte consciência social, Portugal assistiu durante a segunda metade da década de noventa a uma redução progressiva e sustentada da taxa de desemprego. Essa redução teve reflexos visíveis no Alentejo, que beneficiou de significativos decréscimos do número de desempregados, embora, por razões estruturais, a região tivesse sempre mantido índices superiores à média nacional. Mesmo assim, graças ao Plano Regional de Emprego para o Alentejo, a Região viu reduzido para cerca de metade o diferencial entre a sua taxa de desemprego e a taxa nacional;
- 2. A redução da taxa de desemprego em Portugal não ocorreu por acaso. Foi fruto de uma ousada política de desenvolvimento do tecido empresarial e de aposta no investimento público e privado, associada a mecanismos de permanente qualificação de activos empregados e de activos pontualmente desempregados, visando a sua rápida reinserção no mercado de trabalho;
- 3. Obcecada com o cumprimento cego e tecnocrático das regras nominais do Pacto de Estabilidade e Crescimento, a Coligação PSD/PP no governo gerou um clima de profunda depressão



económica em Portugal e no Alentejo, com a queda abrupta do Investimento Público e Privado, o aumento dos impostos sobre a actividade produtiva e a redução drástica dos índices de confiança dos agentes económicos;

- 4. Em consequência desta política sem sensibilidade social, em menos de um ano destruiu-se grande parte dos resultados laboriosamente conquistados nos seis anos anteriores, em termos de criação de emprego e redução de desemprego. Neste período, mais de cento e dez mil pessoas foram arrastadas para situações de desespero e extrema pobreza, resultantes da perda dos seus postos de trabalho ou da procura infrutífera do primeiro emprego; destes, cerca de 5000 são alentejanos;
- 5. Face a estes sinais cada vez mais evidentes de que, com erros grosseiros de política económica que cometeu, o actual governo transformou uma crise orçamental numa grave recessão económica, a Assembleia Municipal de Évora, solidária com os trabalhadores vítimas das políticas recessivas e com as suas famílias, delibera:
- 5.1. Denunciar a incapacidade do actual governo em implementar políticas de revitalização da economia, do tecido empresarial e da criação de postos de trabalho;
- 5.2. Exigir um esforço concertado de retoma do investimento público, com prioridade para as zonas mais deprimidas do interior, onde as alternativas para os que perdem o seu posto de trabalho são mais diminutas:
- 5.3. Manifestar a sua solidariedade para com todos os que por via duma política social e economicamente errada, vivem momentos de instabilidade profissional e a sua disponibilidade para apoiar todas as medidas activas que visem minimizar o flagelo do desemprego.

Aprovado por maioria, com uma abstenção, o prolongamento do período de antes da ordem do dia, dentro do limite admissível pelo Regimento – 60 minutos.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Palma Rita:** "Queria tecer alguns comentários sobre a Moção apresentada, e recordando a discussão que aconteceu na Assembleia da República, em que o Senhor Ministro da Economia Carlos Tavares, sublinhava que a taxa de desemprego em Portugal começou a subir em 1997, dois anos após a tomada de poder do PS, e foi a partir desta data que aumentaram a divida externa, o défice público e a divida das famílias e empresas portuguesas. O Senhor Ministro da Economia dizia, e eu sublinho, que o aumento de desemprego em Portugal é a factura a pagar pela gestão irresponsável do Governo do PS.

Queria ainda sublinhar, que desde o 25 de Abril de 74 para cá os sucessivos Governos demonstraram incapacidade de definir um modelo de crescimento sustentado para o País. Segundo, há um comportamento vergonhoso e condenável de algumas empresas em grosseira violação da legalidade, que têm vindo a utilizar várias artimanhas para conseguirem o seu encerramento, que penso serem incompreensíveis numa lógica de racionalidade económica empresarial, e que não é só de agora. Basta recordar o caso da Renault de Setúbal, que também tinha compromissos assumidos com o Governo Socialista e que não os cumpriu, pois o Governo não conseguiu impedir a sua fuga. Em terceiro lugar, veio hoje a público no "Diário Económico", o caso da PSA do terminal 21 de Sines, que está disposta a ceder metade ou mesmo a totalidade da sua posição na sociedade gestora do terminal 21 do porto de Sines, sabemos que esta venda da participação da PSA só pode avançar



com o sim do Governo, mas que essa venda tem argumentos de peso para renegociar com o Governo Português, porque não cumpriu com os prazos que estavam acordados para a construção de infraestruturas de acesso rodoviário ao porto de Sines, mais um investimento que irá certamente aumentar o desemprego, não sei se é culpa do actual do Governo. Um País que cresceu nos últimos 20 anos à sombra do impulso externo da União Europeia, e dos ciclos artificiais de euforia sobre uma aparente modernização, que como agora se vê, que pouco mudou o perfil produtivo de Portugal, neste País era esperada e mais do que adivinhada a crise de desemprego que temos neste momento. Pergunto onde é que está o inesgotável filão do crescimento sustentado do emprego na virtual e ilusória nova economia que marcou a cimeira de Março de 2000. Acho por isso que só por demagogia é que se pode acusar alguém de destruir um bem que nunca existiu a não ser virtualmente.

O emprego, foi mantido em Portugal à custa do crescimento da administração pública e do investimento público, de forma artificial e contraproducente, como atesta o crescente decréscimo da produtividade portuguesa.

Relativamente aos sindicatos, o ano passado foi um ano de crise e de crescimento quase nulo na economia, mas as grandes aumentaram quase 34% só no segundo trimestre de 2002, relativamente a igual período de 2001. O número de dias de trabalho perdido cresceu 252%, mesmo juntando os dois primeiros trimestres o ano transacto de 2002 representou um aumento homólogo de 157%, um total de 41 972 dias úteis perdidos na primeira metade do ano. Qual é a responsabilidade social dos sindicatos para a actual crise económica? Não é nenhuma? Silva Lopes, um economista insuspeito nesta matéria dizia no Diário de Notícias do dia 7 de Fevereiro de 2003, que "se as estatísticas referentes ao segundo semestre de 2002 revelarem a mesma tendência da primeira mede do ano, Portugal poderá estar a regressar aos níveis de há uma década. No País da União Europeia com a mais baixa produtividade trabalhadora, a escalada dos dias de trabalho perdidos ganha importância acrescida, já que em Espanha ou em França os números são superiores mas a produtividade trabalhadora também. Não sei se a actual crise de desemprego se gerou em tão poucos meses, e se é só em Portugal mas se também está dependente da economia Mundial e Europeia. O PSD não pode votar favoravelmente esta moção."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra à **Senhora Deputada Municipal Carmen Balesteros:** "Depois de ver a moção apresentada, e de ver a intervenção do Senhor Deputado Palma Rita, não poderia de deixar de dar os parabéns a ambos pela informação certeira que trouxeram. Nem o Governo do Partido Socialista conseguiu resolver a necessidade de crescimento económico deste País, tendo-nos deixado numa situação de desenvolvimento económico virtual e numa situação financeira lamentável. Nem o coligação PSD/PP está a conseguir resolver, ou apontar soluções para a questão social em Portugal. O Dr. Palma Rita apontou a intervenção do Senhor Ministro Carlos Tavares, e eu aponto-lhe a intervenção do Senhor ex-ministro Miguel Cadilhe, e que disse uma coisa assustadora, é que o crescimento económico do nosso País não deve compadecer-se com a questão social. Leva-me a dizer o que é que estão a fazer os políticos do nosso país, para quem estão a trabalhar? Para os lobbies? Para os grandes grupos internacionais? Porque para nós, gente que trabalha não é de certeza."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra à **Senhora Deputada Municipal Maria Gabriela Martins da Silva:** "O Ministro Carlos Tavares não deve receber as estatísticas do INE, eu tenho-as na minha frente, e quando o PSD foi para o Governo a taxa nacional era de 7,5%, e em 97,



o período que referiu o Dr. Palma Rita era 7,2%, quando o PS deixou o Governo era de 4,2% e agora é 6,2%. Penso que ninguém pode negar ao Partido Socialista a sua preocupação social e as almofadas sociais que foi dando, e na multiplicidade de medidas que implementou. Quem faz comparação de um Governo PSD e um PS vê que há diferenças. A grande diferença é a preocupação social, não se fazem mudanças de um dia para o outro, sabemos que está sujeita às evoluções internacionais, mas no entanto há que fazer alguma coisa.

Quanto aos resultados, acho que os trabalhadores portugueses são bons, e mostram-no em todo o mundo, e não gosto de ver aqui essa imagem do trabalhador português como não gosto de ver do trabalhador alentejano, que é tão bom como o trabalhador de qualquer parte do País."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra à **Senhora Deputada Municipal Maria Helena Costa:** "Quando o Dr. Palma Rita referiu aqui que os sindicatos são os responsáveis pelo aumento das greves e pelo tempo perdido, eu pergunto se serão os sindicatos os responsáveis, se serão os trabalhadores, ou se será que é este Governo que está a tirar os direitos aos trabalhadores e que estes têm como resposta o aderirem a uma greve. Por isso acho que dar a culpa aos sindicatos, e aos trabalhadores que aderem à greve para a defesa dos seus direitos errado, e eu própria levantarei a voz quantas vezes for preciso."

# Documento N.º 4 - MOÇÃO - CONGRATULAÇÃO PELA DECISÃO DE CONSTRUÇÃO DO NOVO HOSPITAL REGIONAL DE ÉVORA

Primeiro Subscritor: Deputado Municipal José Palma Rita (PSD)

"Dando sequência ao compromisso assumido na campanha das últimas eleições legislativas, após demoradas reuniões com autarcas, representantes do poder central, parceiros sociais e entidades sectoriais, foi estabelecido um plano de desenvolvimento estratégico para a implementação deste arrojado projecto, de primordial importância para a criação das condições de base ao desenvolvimento socioeconómico do concelho em particular e do Alentejo em geral. Trata-se de uma decisão que vem responder a um antigo desejo da população, reiteradamente partilhado pelas principais forças políticas, aos níveis local e regional.

O Equipamento previsto, apontando para uma capacidade de 440 camas, que respondem às necessidades estimadas pelas projecções da população para as próximas duas décadas, possibilitará a Évora e ao Alentejo, disporem e usufruírem de uma plataforma de base inovadora, preparado para as gerações futuras, onde se prevêem a instalação das actuais especialidades médicas existentes no Hospital do Espírito Santo e do Patrocínio, e a integração de novas especialidades hospitalares tais como a neurocirurgia, a cirurgia vascular, a radioterapia e um substancial esforço de modernização dos equipamentos de diagnóstico e terapêutica.

O projecto prevê ainda o reforço da Telemedicina que já hoje destaca o Hospital do Espírito Santo de Évora no panorama nacional dos cuidados de saúde e o recurso a tecnologias biomédicas de elevada cientificidade, como é o caso do Sistema de Tomografia PET (através de emissão de



positrões). Comporta ainda a possibilidade de dispor de um Centro de Tecnologia Nuclear, bem como da valência de cirurgia ambulatória, o que permitirá reduzir substancialmente o tempo de permanência dos doentes no hospital, melhorando a sua recuperação e aumentando a comodidade dos mesmos.

O acordo celebrado entre o Governo e a CME para a revisão do PDM, prevê a utilização de uma área de cerca de 70 ha., sendo 10 deles reservados à construção do novo HOSPITAL REGIONAL e demais equipamentos envolventes, que incluem: 1) estabelecimentos comerciais, 2) um lar residencial, 3) uma zona infantil de recreio, 4) vários espaços verdes; 5) parqueamentos automóveis. A acessibilidade estará garantida pelas várias vias de comunicação projectadas para Évora, nomeadamente o Itinerário Sines-Évora até à IP2, entroncando com a A6 na envolvente externa Sudeste, de cuja construção ao longo do próximo quinquénio decorrerão importantes vantagens de requalificação urbana para a cidade e concelho de Évora.

A requalificação da cidade decorrerá ainda: a) da reutilização dos equipamentos hospitalares existentes para prática de cuidados paliativos, nomeadamente o Centro de Saúde de Évora, que será ampliado; b) da instalação do Parque de Saúde, que concentrará os serviços administrativos da Administração Regional de Saúde, o Laboratório de Saúde Pública, a Autoridade Sanitária Local e serviços complementares de retaguarda, c) da reconversão dos terrenos do Centro de Saúde dos Canaviais para urbanização destinada à construção de habitação social."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara:** "Não querendo participar na discussão, não queria deixar de congratularmo-nos numa reunião que tive com o Senhor Ministro, a possibilidade de se concretizar, e que Plano Director Municipal já incorporou, a contribuição para resolver alguns problemas de congestionamento que a cidade tem. O hospital está situado no centro histórico, basta passar pelo hospital na hora das visitas para constatar os problemas de congestionamento. Esta Câmara Municipal decidiu, na coerência de libertar o centro histórico e a zona mais envolvente, sugeri duas localizações possíveis para o novo hospital regional, ou os terrenos dos Canaviais ou uma quinta que fica ao pé do Bairro de Santo Antonico. Estas duas opções foram apresentadas ao Ministério da Saúde, e foi sugerido que numa delas fosse construído o hospital e que a outra fosse vocacionada para a construção de habitação social. O Governo decidiu pelo terreno perto do Bairro de Santo Antonico, para a construção do hospital, que esperemos seja concretizado, e que como tal, por esta via se vejam resolvidos muitos problemas.

Queria ainda informar a Assembleia que estão em fase já adiantada as negociações com o Ministério da Administração Interna, para a saída do quartel da GNR para outro local, estão também em negociações com o Governo uma nova localização dos 7 tribunais que actualmente existem em Évora, e estamos em negociações com o Ministério da Agricultura para a saída dos pavilhões do Iroma para nova localização indicada, e por último estão em negociações com a CP para que toda a área envolvente da estação seja requalificada."

**Documento N.º 5 - MOÇÃO - PACTO DE ESTABILIDADE** 

Primeiro Subscritor: Deputado Municipal Raimundo Cabral (CDU)



"O Governo português para cumprir os ditames do chamado Pacto de Estabilidade proclamou medidas que reduziram drasticamente o investimento público e das autarquias, que por sua vez, está arrastar a redução do investimento privado. Não havendo investimento não existe a criação de emprego.

Como consequência o governo prevê que o investimento cresça em 2003 a insignificância de 0,1%, pondo assim em perigo não só o crescimento económico actual mas também o futuro do País.

O Governo tomou medidas que são responsáveis pela redução do poder de compra dos portugueses, que afectam as camadas mais baixas da população, impondo a diminuição dos salários, das pensões, o aumento dos preços dos produtos de primeira necessidade, os combustíveis, a electricidade, a água, os transportes entre outros.

Esta política determina que o próprio governo preveja que o consumo publico se reduza em 0,5% e que o privado tenha um aumento de 0,2%, o que vem agravar a sobrevivência desses sectores da população que é obrigada a aplicar mais de 20% dos seus parcos rendimentos que recebe nos pagamentos do chamado serviço da divida (juros de amortização).

Em consequência de um política económica e financeira errada, o desemprego sobe constantemente, sucedem-se o encerramento de empresas, criando situações desesperadas a milhares de trabalhadores e seus familiares. Altamente desmotivador é o desemprego juvenil e em particular o de milhares de jovens licenciados, num país carênciado de quadros qualificados nos vários sectores de actividade.

É também inaceitável a posição do governo face à deslocalização de empresas que não pode ser de demissão e complacência, que deixa atrás de si um cortejo de desempregados e de um vasto conjunto de problemas sociais e económicos, nos concelhos e regiões onde se instalaram.

Este conjunto de questões vem provar que as políticas neoliberias, ao serviço dos grandes interesses e designadamente, do capital financeiro e das multinacionais, mostra a sua falência a as suas consequências.

A Assembleia Municipal de Évora reunida a 21 de Fevereiro de 2003, decide:

- 1. Manifestar o seu apoio e solidariedade à luta dos trabalhadores pelo direito ao trabalho e com direitos;
- 2. Afirmar que o desenvolvimento do País está ligado à reposição do poder de compra dos trabalhadores e da população em geral;
- 3. Defender como necessário um outro caminho e outra política para a economia portuguesa, valorizando a produção nacional, com estimulo ao investimento e à defesa do mercado nacional;
- 4. Apoiar a necessidade de um combate eficaz à evasão fiscal com o corte dos benefícios fiscais às actividades financeiras e especulativas;
- 5. Pugnar para uma melhor e mais justa distribuição do Rendimento Nacional valorizando e dignificando o trabalho."



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Deputado Municipal Palma Rita: "Foi aqui invocada uma implementação de uma política restritiva por parte do Governo, em cumprimento do pacto de estabilidade. Queria recordar uma noticia do Diário Económico do dia 19.02.2003, "O comissário europeu dos assuntos económicos fez questão, em Bruxelas, de felicitar a ministra portuguesa das finanças pela descida do défice orçamental em 2002. Valor ainda mais baixo do que os 2,8% previstos na actualização do programa de estabilidade português, disse Pedro Solbes. Num comunicado distribuído à imprensa, a comissão europeia salienta que as políticas "económicas e orçamentais apresentadas no programa actualizado, são em geral coerentes com as orientações gerais para as políticas económicas apresentadas em 2002 pela a União Europeia." Depois há uma recomendação da Comissão Europeia, que vai ser enviada ao Conselho Europeu, o qual deverá adoptá-lo no dia 7 de Março. Esta recomendação diz: O Conselho nota com satisfação que de acordo com os valores preliminares o défice do sector público tenha sido reduzido para baixo dos 3% apesar do crescimento abaixo do esperado. A estratégia de consolidação é certa, o Conselho nota com satisfação, que a estratégia de consolidação assenta essencialmente no controlo da despesa pública com base no controlo apertado de factura salarial do sector público e parcialmente dos benefícios resultantes do abrangente programa das reformas estruturais. Gostaria ainda de referir que para responder a esta crise que estamos a viver, e que tem a ver com a deslocalização de empresas estrangeiras para outros países da União Europeia, nomeadamente para outros países candidatos à adesão, foi adoptado e apresentado um programa de emergência, chamado o programa de emprego e protecção social, e foi apresentado também ontem na Assembleia da república, pelo ministro da economia, um programa de recuperação das zonas deprimidas do interior e rurais. Do programa do emprego e protecção social há um conjunto de emergências adoptados pelo Governo, tais como o pagamento dos subsídios provisórios de desemprego, a redução do período de tempo necessário para a garantia para aceder ao subsidio de desemprego, o aumento de subsídios familiares, o programa família emprego, o incentivo à criação de novos postos de trabalho, a redução da taxa social única em 40% durante o primeiro ano e 20%, a extensão do regime de apoios e incentivos à contratação de trabalhadores com mais de 45 anos e desempregados há mais de 6 meses, o reforço à mobilidade geográfica, e os incentivos à formação de activos, e à requalificação profissional. Alguns consideraram que o conjunto de medidas apresentadas para incentivar a criação de emprego que é uma resposta dada à pressa, face aos dados de desemprego divulgados pelo INE, ao posicionamento do Senhor Presidente da República, e às repercussões das lutas dos trabalhadores, outros consideraram estas medidas como caritativas e avulsas, gostaria de dizer sobre isto que estas criticas vêem essencialmente daqueles que acordaram agora da letargia que os caracterizou durante os seis anos de artificialismo e subsidiação do emprego sem sustentação, ou andaram ocupados a preparar os seus exames ad-hoc ao ensino superior e a receber para o efeito de ajuda explicativa dos exsecretários de estado do trabalho, provavelmente refreou o seu ímpeto reivindicativo, e terá ajudado a manter uma postura de low profile que acabariam por manter ao longo de toda a legislatura socialista. O Governo já tomou medidas, e não o fez nem a reboque do senhor Presidente da República Jorge Sampaio nem a reboque do resto, porque não são medidas que se tomem em 24 horas. Há outras medidas de fundo para estruturar o mercado de trabalho que estão a ser tomadas. Primeiro o Governo vai tomar medidas de apoio aos desempregados, privilegiando as empresas que contratem pessoas desempregados em detrimento dos programas de formação profissional. O PSD louva aqui que finalmente se vislumbre coragem para acabar a subsidiodependência em que vivemos nos últimos anos, responsável pelo aparecimento de uma nova profissão, que eram os desempregados profissionais de formação incentivados pela alteração das regras de recrutamento para a formação profissional, e pela criação de programas para contornar os impedimentos do fundo



social europeu, dos quais temos casos aqui no Alentejo. O Governo vai aprovar muito em breve, um novo código de falências e recuperação de empresas que não visa fomentar ou estimular as falências, mas sim fazer com que as que não têm condições de sobreviver vejam os seus processos resolvidos de forma rápida e transparente. O PSD votará contra esta moção."

## Documento N.º 6 - MOÇÃO - PELA PAZ

#### Primeiro Subscritor: Deputado Municipal Jorge Lourido (CDU)

"A Assembleia Municipal de Évora, reunida a 21 de Fevereiro de 2003 no Salão Nobre dos Paços do concelho, por considerar que a guerra contra o Iraque não é inevitável, decide:

- Manifestar a sua solidariedade aos milhões de homens e mulheres, que no mundo inteiro e também em Évora, saíram à rua no dia 15 de Fevereiro, em prol da paz.
- Aprovar como moção o Manifesto pela Paz elaborado pelo movimento informal "Cidadãos de Évora pela Paz", já subscrito por inúmeras instituições, organizações e personalidades do nosso concelho:
- Considerando que a guerra é a maior das calamidades humanas; que deve ser sempre o último dos recursos e, consequentemente, todos os esforços devem ser feitos para a evitar;
- Considerando que o governo dos Estados Unidos, e seus apoiantes, revelam uma ânsia de se precipitarem numa guerra contra o Iraque, reveladora do mais profundo desprezo pelo supremo valor da paz, bem como pelas regras do direito internacional, nomeadamente pelo papel das Nações Unidas, pelos princípios expressos na sua Carta e pelos pedidos e recomendações da equipa de inspectores da ONU em missão no Iraque;
- Considerando que os argumentos invocados pelos Estados Unidos não se apoiam em factos verificados nem credíveis, e que o cenário de "guerra preventiva" constitui um precedente gravíssimo, enquadrando-se numa lógica perigosa de uso arbitrário do poder militar;
- Considerando, em particular, que não há provas de que o Iraque possua armas de destruição maciça e muito menos há indícios de que as pretenda utilizar, e que o ministro da defesa do Reino Unido, esse sim, ameaçou usar armas nucleares na guerra contra o Iraque (armas nunca mais usadas desde que, em 1945, os EUA bombardearam Hiroshima e Nagasaki), e que tudo isto põe a nu a hipocrisia da argumentação utilizada;
- Considerando que o terrorismo internacional deve ser veementemente condenado e combatido em todas as suas formas, e que um combate sério às suas redes, cuja ligação ao Iraque está por fundamentar (e é desmentida por altos funcionários de vários governos dos EUA), só pode assentar numa investigação profunda e internacionalmente coordenada e no fim dos paraísos financeiros, onde essas redes branqueiam impunemente os seus capitais;



- Considerando que o nosso total repúdio pelo regime ditatorial e repressivo de Saddam Hussein não nos pode impedir de salientar que o governo dos Estados Unidos não tem qualquer autoridade moral para se arvorar em defensor das resoluções da ONU depois de ter afirmado que avançará para uma guerra mesmo sem o aval do Conselho de Segurança e de, repetidamente, ter ignorado essas resoluções, por exemplo no caso da Palestina, em que tem sido sempre cúmplice da política ilegítima de Israel;
- Considerando, face a tudo isto, que a argumentação usada por Bush e seus apoiantes é falsa, hipócrita, e visa manipular e pressionar o Conselho de Segurança e a opinião pública mundial, desviando a atenção do verdadeiro motivo desta guerra, que é o acesso às fontes mundiais de petróleo, que o governo dos Estados Unidos declarou ser seu interesse vital;
- Considerando, e sublinhando, que está em causa a vida e a situação humanitária de 23 milhões de iraquianos, já de si em privação há mais de 10 anos devido a sanções económicas que a própria ONU já reconheceu terem tido consequências humanitárias catastróficas, privando-os de alimentos, medicamentos e cuidados de saúde básicos; e sendo horrivelmente elucidativo o facto de mais de 500 000 crianças com idade inferior a 5 anos terem perdido a vida, e de 2/3 da população estar abaixo do limiar da pobreza, dependendo para se alimentar e aos seus filhos das rações de alimentos distribuídas pelo regime (as quais contêm apenas 1/3 das calorias diárias mínimas necessárias);
- Considerando que os milhares de mortos e cerca de um milhão de refugiados já previstos (com o habitual cortejo de mais mortos, doenças e sofrimento) não são "efeitos colaterais", mas sim uma tragédia inaceitável;
- Considerando que uma guerra naquela região do mundo, bem como a instrumentalização das Nações Unidas, têm consequências imprevisíveis e susceptíveis de transformar o mundo num barril de pólvora pronto a explodir;
- Considerando que a sociedade mundial entrou numa nova forma de mundialização, dominada pelo poder económico, financeiro e militar, e que cabe aos cidadãos um papel activo para que os valores e direitos das pessoas e dos povos não sejam espezinhados, como mercadoria negociada a contento de quem tem mais poder;

Cidadãos apreensivos decidiram organizar-se sob o lema "Évora pela Paz", para se manifestarem de forma inequívoca contra a hipótese de uma guerra. Demarcam-se assim da posição subserviente expressa pelo governo do nosso país, e lamentam profundamente que, num assunto desta gravidade, se comprometa o nome de Portugal sem dar conhecimento prévio aos portugueses e sem consultar os restantes órgãos de soberania. Neste contexto, vêem ainda com enorme preocupação a cedência das bases das Lajes e de Beja (da qual já estão a descolar aviões Hawk). Estes cidadãos juntam-se a todos aqueles que, por todo o mundo, inclusive nos Estados Unidos, lutam pela paz, pela justiça social e pela solidariedade entre os povos, na aceitação da diversidade fecunda das suas culturas, das suas crenças e modos de estar no mundo".

DISCUSSÃO CONJUNTA DESTA MOÇÃO APRESENTADA PELA BANCADA DA CDU E TAMBÉM DA MOÇÃO APRESENTADA PELA BANCADA DO PS SOBRE O MESMO TEMA.



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Nuno Lino:** "Embora concorde com alguns dos aspectos da moção, estranhei alguns factos. O Sr. deputado municipal Jorge Lourido refere nessa moção a ameaça da utilização de armas nucleares por parte da Inglaterra e dos Estados Unidos, outro dos aspectos que refere é com a fome no Iraque. Eu tenho preocupação com estes dois aspectos, mas também tenho preocupação com os mesmos dois pressupostos na Coreia do Norte, um dos últimos regimes comunistas do mundo, gostaria de saber se não têm essa preocupação também."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Deputado Municipal Acácio Alferes: "Em relação à moção apresentada pelo PSD, tudo o que venha a bem da cidade é bem vindo. Pelo que a Bancada vai votar favoravelmente. Em relação à última moção apresentada, relativamente ao primeiro ponto concordamos, nos segundo ponto concordamos na maior parte dos itens mas não em todos, porque em primeiro ataca-se os Estados Unidos, e bem, porque eles desprezam as regras do Direito Internacional, mas depois mais há frente aponta-se para aquilo a que chamam a instrumentalização das Nações Unidas. Isto quererá dizer aquilo que já ouvi da parte de representantes do partido Comunista Português? Dizem que não aceitam sequer o principio do respeito por uma eventual decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas de utilizar a força no Iraque, para que sejam cumpridas as determinações emanadas das Nações Unidas. Se esta "instrumentalização das Nações Unidas" quer dizer a mesma coisa que eu ouvi dizer, é obvio que o PS não pode subscrever este manifesto. No ponto 8, em que fala dos milhões de iraquianos, é preciso sublinhar, que embora com muitas culpas dos Estados Unidos, mas no entanto, o regime do Koweit não está isento de culpas nesta situação actual que vive o povo Koweitiano, porque não nos podemos esquecer que o Iraque invadiu o Koweit para se apropriar de poços de petróleo, não precisamos de exagerar para demonstrar que a paz tem de ser preservada. Quando a moção do PS diz "é preciso que as partes não radicalizem mais a situação para que a paz seja possível," eu tenho muita pena de dizer perante esta moção da CDU que na sua maioria tem o apoio do PS, mas que tal como está não a podemos votar favoravelmente."

Entretanto, o **Sr. Presidente** fez notar que faltavam 10 minutos para terminar o P.A.O.D. e haviam ainda 3 projectos de actas para aprovar.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Palma Rita:** "Em relação à moção n.º 2, apresentada pelo PS, o seu conteúdo é moderado, pelo que contará com a abstenção do PSD só pelo facto de ter algumas referências à posição do Governo Português quanto ao seguidismo dos Estados Unidos.

No que toca à moção da CDU, a mesma contará com o voto contra do PSD, porque ela é muito radical, isto é, é uma moção demasiado posicionista e defensora do Iraque e bastante anti-americana. Desculpabiliza o Iraque pelo apoio internacional ao terrorismo, que não está provado, e acusa os EUA de ser responsável pela fome e pela situação que se vive no Iraque.

Gostava só de recordar aqui três ou quatro coisas sobre isto:

- A primeira delas que vi foi a posição do próprio secretário-geral do PS, que não apoiou as manifestações que ocorreram, tendo-as considerado complacentes com Saddam Hussein com



pessoas que fizeram serviços de propaganda ao ditador iraquiano, coisa que vem no jornal «Público» do dia 11.02.03, para além de ter vindo no site da RTP uma notícia em que o PS não concordava com os termos da convocatória para a manifestação, porque esta pretendia condenar qualquer intervenção militar em Bagdad mesmo que o Conselho de Segurança assim o decidisse;

- Foi publicado um artigo no jornal «Público» do dia 17.02.03, intitulado «**Em Saddam City**», que refere que no norte da capital 60% dos habitantes são pobres, quase 2.000.000 de pessoas, na sua maioria **shiitas**, os quais vivem em esgotos em miseráveis alojamentos. Não vi manifestações em Portugal de condenação a esta situação;
- Vi há pouco tempo um programa num dos canais da TV Cabo que mostrava que os kurdos, que possuem crianças a morrer com leucemia, não têm acesso a uma simples combinação de 8 vacinas que existem disponíveis nos hospitais de Bagdad, estando os frigoríficos do hospital do Kurdistão vazios. Essas vacinas foram dadas pela ONU ao regime de Saddam Hussein, mas não foram os americanos que lás as foram esconder.

Por isto, nós temos alguma dificuldade em compreender porque é que alguns portugueses se manifestaram contra o Governo português e não contra Bagdad. Quem ameaça a paz no mundo é o governo de Saddam Hussein, que é um regime ditatorial, que mata o seu próprio povo e que já invadiu os seus vizinhos.

Por outro lado, há aqui uma história interessante: acusa-se os EUA de serem um regime ditatorial no plano internacional, mas ninguém refere, por exemplo, o que se passou recentemente na Cimeira da União Europeia quando os países de leste, que vão aderir a ela em 2004, ficaram indignados com aquela acusação de má educação que lhes foi dirigida pelo presidente francês Jaques Chirac, porque tinham quebrado fileiras com os 15 e apoiaram a linha dos Estados Unidos na crise do Iraque. Estas críticas do presidente francês funcionaram como uma bomba que assombrou a unanimidade dos 28 países nesta Cimeira, tendo mesmo Jaques Chirac referido que a posição dos candidatos poderá pôr em risco a sua adesão, sobretudo no caso da Bulgária e da Roménia, que são os 2 retardatários e que não devem entrar antes de 2007. Estes países acusaram a França de fazer o mesmo que esta crítica a Washington, ou seja, impor as suas ideias. Recordo que à voz dos países candidatos ao alargamento juntou-se o repúdio dos representantes da Comissão Europeia e o próprio presidente do Parlamento Europeu, Patt Cox, cujas palavras deram a entender o desconforto que havia no seio da União Europeia pelas afirmações de Jaques Chirac. Patt Cox dizia: «eles têm tanto direito para falar como o Reino Unido a França ou qualquer outro membro da UE».

Recordo também as declarações de Chris Patten, comissário das relações internacionais externas, que dizia: «a União Europeia não é o Pacto de Varsóvia mas um clube político onde os países têm as suas opiniões e devem exprimi-las».

O presidente romeno Iliescu comparava, também, a posição de França ao antigo ......(?) de Moscovo.

Não vi nenhumas manifestações de repúdio por esta arrogância francesa".

"Daqui a 5 minutos acaba o período antes da ordem do dia, revertendo para a próxima sessão tudo aquilo que ficar por decidir", enunciou o Sr. Presidente seguidamente.



Retorquindo às teses expostas pelo Sr. Palma Rita, o Sr. José Russo asseverou: "Penso que aqui ninguém é mais papista que o Papa.

Nesta questão da guerra existem interesses diversos e o aspecto central, do meu ponto de vista, é evitá-la. A guerra é, de facto, o último dos últimos recursos e isto é preciso ser dito, porque a comunidade internacional dispõe de muitos meios para resolver os problemas. Guerra não, na medida em que ela é devastadora e injusta.

O que a CDU apresentou foi uma moção que, tanto quanto sei, não foi elaborada pelo PCP. Se calhar também participaram membros do PCP na organização desse manifesto, mas é uma iniciativa que tem outra abrangência e o que se traz aqui é procurar juntar a esse movimento humano a voz da assembleia Municipal.

Há interesses económicos que fazem com que as guerras aconteçam e é contra isso que nós temos que estar".

Pretendendo igualmente clarificar o teor da moção apresentada pela CDU, o Sr. Jorge Lourido exprimiu: "Nós trazemos dois considerandos, sendo um deles a aprovação de um manifesto que foi produzido por um conjunto de cidadãos e de organizações dos mais variados sectores (ambientalistas, colectividades, grupos católicos, etc.), que se denominou «Évora pela paz», que, preocupado com a situação internacional que se vive, desenvolveu uma série de acções, entre as quais a elaboração deste manifesto, a recolha de um abaixo-assinado com perto de 2000 assinaturas e promoveu uma marcha na cidade e uma concentração na Praça de Giraldo.

Sobre a contestação feita pelo Sr. Alferes a esta moção, eu chamo a atenção para o ponto 1 que diz: «Considerando que a guerra é a maior das calamidades humanas, que deve ser o último dos recursos e, consequentemente, todos os esforços devem ser feitos para a evitar»;

O segundo aspecto, que se prende com a crítica ao regime do Iraque, faço notar que está escrito no 6° ponto «**considerando que o nosso total repúdio pelo regime** <u>ditatorial</u> e <u>repressivo</u> de Saddam Hussein....».

Apesar de tudo, pensamos que uma guerra naquele sítio terá consequências imprevisíveis e susceptíveis de transformar o mundo num barril de pólvora pronto a explodir.

No que concerne à moção do PS, eu irei abster-me porque ela admite à partida a declaração da guerra, sendo a nossa posição a de que ela não é admissível.

No que se refere às outras moções, nós não intervimos porque estávamos à espera que a discussão fosse no fim, mas bancada da CDU será de as votar favoravelmente".

Passando-se à fase da votação, o Sr. Presidente colocou à consideração do colectivo **a moção n.º 2**, que tem como 1º subscritor o Sr. Acácio Alferes, a qual mereceu dezanove votos a favor (do PS) e quinze abstenções (14 da CDU e 1 do PSD).

Depois foi votada a **moção n.º 3**, assinada em 1º lugar pela Sra. D. Maria Gabriela Silva, a qual foi aprovada com trinta e dois votos a favor (18 do PS e 14 da CDU), um voto conta (do PSD) e uma abstenção (do PS).



Seguidamente foi a vez da **moção n.º 4**, subscrita pelo Sr. Palma Rita, que foi aprovada por maioria, com trinta e um votos a favor (16 do PS, 14 da CDU e 1 do PSD) e três abstenções (do PS).

Posteriormente foi votada a **moção n.º 5**, que tem como 1º signatário o Sr. Raimundo Cabral, tendo ela sido aprovada por maioria, com trinta votos a favor (14 da CDU e 16 do PS), 1 voto contra (do PSD) e três abstenções (do PS).

Por último, foi sujeita a sufrágio a **moção n.º 6**, apresentada pelo Sr. Jorge Lourido, a qual recebeu dezasseis votos a favor (12 da CDU e 2 do PS), oito votos contra (7 do PS e 1 do PSD) e dez abstenções (do PS).

# DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROJECTOS DE ACTAS

O Sr. Presidente pôs à ponderação do plenário os projectos de actas:

- N.º 7 da sessão de 18 de Outubro de 2002

O Sr. Presidente da CME sugeriu a seguinte alteração:

Não querendo mais alguém pronunciar-se sobre o documento, o Sr. Presidente colocou-o à votação, o qual foi aprovado por maioria, com nove abstenções (5 da CDU e quatro do PS).

Declaração de voto do Senhor Deputado Municipal Celino Silva: "A ideia com que fiquei, com a aprovação da acta nestes termos, é que nós estamos a fazer uma correcção de uma deliberação. É bom ter em conta que a Lei de Competências não fala, em relação a propostas gerais e algumas especificadas da câmara, que as assembleias municipais dão pareceres, diz sim que aprovam as propostas da câmara. E nessa medida, a legislação das competências sobrepõe-se a qualquer outro decreto. Abstive-me por causa desta questão e é bom termos a noção destas matérias e nos termos em que estamos a tomar decisões".

- N.º 8 da reunião de 28 de Dezembro de 2002



O Sr. Palma Rita propôs as seguintes rectificações:

- Pág. 29 24<sup>a</sup> linha substituir «**equação**» por «**discussão**»;
- Pág. 29 41<sup>a</sup> linha colocar «afectação» em vez de «efectuação».

A Sra. D. Carmen Balesteros formulou o seguinte comentário: "Temos aqui 3 projectos de actas e verificamos um estilo diferente entre duas delas e a outra. Há uma questão formal que eu penso que já se tinha chegado a um consenso nesta Assembleia para se conferir uma nova apresentação às actas, que eu penso que é positiva. No entanto, nesta acta n.º 8 voltamos ao estilo antigo em metade da acta e a partir da pág. 34 voltamos ao estilo novo. Penso que seria positivo, no futuro, tomar-se atenção a este pequeno pormenor".

Respondendo a este apontamento, o Sr. Presidente esclareceu: "Registo a sua apreciação com detalhe, mas de facto fiz uma grande pressão sobre os nossos funcionários para que as actas andem sempre em dia. Para isto acontecer foi preciso, nos últimos dias, fazer uma ponta final e uma repartição de tarefas, o que implicou até algumas horas extraordinárias voluntárias".

O Sr. José Piteira alvitrou a alteração que se passa a relatar:

- Pág. 39 – 50<sup>a</sup> linha – intercalar «**Nossa Senhora**» entre «**Junta de**» e «**Machede**».

Dado que mais ninguém desejou introduzir modificações no documento, o Sr. Presidente pô-lo à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com vinte e três votos a favor (12 do PS, 10 da CDU e 1 do PSD) e nove abstenções (5 do PS e 4 da CDU).

- Nº1 da sessão de 6 de Janeiro de 2003

O Sr. Jorge Lourido fez notar que tanto neste projecto de acta como no da reunião de 18 de Outubro/2002 faltava o nome da Sra. Vereadora Clara Grácio na representação da Câmara, pelo que solicitou que a situação fosse regularizada.

Em virtude de ter estado presente na reunião em causa, desde o início, e por constar na relação da chamada que esteve ausente, a Sra. D. Maria Gabriela Silva solicitou que o lapso fosse rectificado.

O Sr. Rui Rosado pediu autorização para entregar à Mesa um texto por si escrito e lido antes da tomada de posse dos membros do Conselho Municipal de Segurança, uma vez que a sua transcrição continha algumas frases trocadas, por forma a corrigir-se o teor da sua intervenção.

Então, o Sr. Presidente disse: "Ninguém obstará a tal".



O Sr. Raimundo Cabral chamou à atenção para a realidade de ter faltado à reunião e constar na relação da chamada como tendo estado presente, tratando-se de um erro.

Tendo em conta as correcções indicadas, o Sr. Presidente sujeitou o projecto de acta à votação, o qual foi aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor (12 do PS, 9 da CDU e 1 do PSD) e nove abstenções (5 da CDU e 4 do PS).

Posteriormente procedeu-se à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças: Luís Capoulas Santos, Maria Helena Zuber (no lugar de Lino de Carvalho), Acácio Alferes, Carmen Balesteros, Mafalda Troncho, Raimundo Cabral, José Palma Rita, Rui Rosado, José Russo, Agostinho Banha (em substituição de José Cardoso), Jorge Lourido, Francisco Pândega (em vez de António Serrano), Celino Silva, José Nascimento (no lugar de Rui Grilo), João Andrade Santos, Luís Carmelo, M.ª Helena Costa, Nuno Lino, João Lázaro, Carlos Percheiro, António Ramos, Luís Pasadas, M.ª Helena T. da Silva, José Mateus, Baltazar Damas, M.ª Luísa Baião, Vitor Santos, Isidro Piteira (em substituição de Estevão Bicho), José Piteira, João Valverde, João Ricardo, António Russo, M.ª Gabriela Silva, Miguel Chumbo e António Constatino (em vez de Jerónimo Mendes).

Faltaram os(as) Senhores(as): M.ª Augusta Pereira, Isidro Lobo, Francisco Estevão, José Bravo Nico e João Rodrigues.

Intervalo de 10 minutos.

PONTO 1 – TOMADA DE POSSE DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA QUE NÃO TIVERAM A POSSIBILIDADE DE ESTAR PRESENTES NA TOMADA DE POSSE QUE TEVE LUGAR EM 6 DE JANEIRO DE 2003

(Aconteceu no início da sessão)

PONTO 2 – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DEFINITIVO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA.



Sobre esta matéria o **Sr. Presidente** recordou: "Houve uma primeira discussão do regulamento na reunião ocorrida em 6 de Janeiro/03 e foram feitas 3 pequenas alterações nos artigos 1°, 4° e 16°.

No que concerne ao art.º 1º, propôs-se, e foi votada favoravelmente no seio do Conselho, uma modificação ao próprio nome do Órgão. A proposta que nós tínhamos levado era «Conselho Municipal de Segurança dos Cidadão de Évora» e entendeu-se que os Cidadãos estavam a mais, porque ia contra o decreto que instituiu isto, tendo-se convencionado ficar só Conselho Municipal de Segurança de Évora, de acordo com a lei.

Quanto ao art.º 4º, surgiu uma informação de que a Guarda Florestal se chama Polícia Florestal. É uma questão que não é, para min, muito líquida, dado que na lei orgânica do Ministério da Agricultura chama-se Guarda Florestal, ainda que tenha um estatuto de polícia, mas, de qualquer modo, creio que foi o delegado do Ministério Público que sugeriu, por ser uma pessoa entendida no assunto, a correcção, tendo ficado assente apelidar-se Polícia Florestal.

Por último, no art.º 16º tirou-se um ponto que dizia que o Conselho «tomava posse no prazo máximo de 60 dias, a contar da data da aprovação», na medida em que se constatou que o mesmo estava a tomar posse passado aquele prazo. Seria ridículo ficar um regimento com uma norma inaplicável.

O que aqui vem é a proposta consensualizada no Conselho para que a Assembleia Municipal a ratifique".

Não desejando qualquer membro usar da palavra, o **Sr. Presidente** colocou à votação o 2º ponto da agenda:

Aprovado por unanimidade.

# PONTO 3 – DELIBERAÇÃO SOBRE O ESTATUTO DO PROVEDOR DO MUNÍCIPE.

**O Sr. Acácio Alferes** historiou as medidas tomadas pelo PS, desde 1999, com vista à criação da figura do Provedor do Munícipe neste concelho, tendo depois afirmado: "No dia 6.01.03 tive oportunidade de falar com os lideres da bancada da CDU e do PSD no sentido de pré-anunciar que iria propor o agendamento deste ponto para a próxima reunião ordinária.

Queria também propor, futuramente, o agendamento de um ponto sobre a utilização do tempo das intervenções, quer por grupo quer individuais, nas nossas sessões.

Na verdade, a criação da figura do Provedor do Munícipe exige de todos nós um sentido de responsabilidade enorme e um esforço para serem ultrapassadas eventuais clivagens partidárias, porque uma personalidade destas deve nascer de um consenso geral. A nossa posição, se bem que tenhamos já o esboço do estatuto, é de formar-se um grupo de trabalho para, em conjunto, procurarmos arranjar um regulamento que mereça a unanimidade".



Interveio depois a **Sra. D. Carmen Balesteros** declarando: "Eu começo por responder à questão do tempo das intervenções. O Sr. Eng.º Alferes tem razão porque na última reunião da A. M. falámos informalmente sobre o tema. É um assunto delicado e importante, mas considero que do ponto de vista do funcionamento da Assembleia talvez convenha haver alguma regra. Por outro lado, também me suscita algumas reservas."

O Sr. Presidente interrompeu o discurso da Sra. D. Carmen lembrando que se estava a tratar do tema do Provedor do Munícipe.

A Sra. D. Carmen Balesteros vincou que ia ser rápida e que era só para lançar uma acha para a discussão. Assim, proferiu de imediato: "Se há alguma coisa que nós conquistámos, depois de uma revolução que aconteceu há já uns anos, foi o direito de falar e expressar as nossa opiniões. Desde que seja acerca da ordem de trabalhos, acho que as pessoas devem manifestar-se tanto quanto desejem, dentro do limite do bom senso e do rigor e do respeito pela ordem de trabalhos. Eventualmente se houver alguma limitação, pois então que hajam excepções à discussão de documentos fundamentais, como são, por exemplo, as G.O.P. e o Plano Plurianual de Investimentos.

No que diz respeito a este ponto da ordem do dia, a nossa bancada começaria por apreciá-lo de 2 maneiras: uma quanto à forma, outra quanto ao conteúdo.

No que concerne à forma, suscita-me alguma dúvida o modo como está elaborado o título «**Deliberação sobre o Estatuto do Provedor do Munícipe».** Não é isso que nós fazemos em tudo aquilo que nos compete, deliberações ? Porquê a necessidade de vir especificada, então, neste caso, «deliberação» ? Para mais não dispondo nós de qualquer documentação informativa sobre o assunto. Penso que poderia ter existido uma forma mais feliz para preparar este ponto.

Quanto ao conteúdo, todos sabemos que existe um Provedor da República e que é uma figura importante. No entanto, e em princípio, devemos acreditar no funcionamento das instituições democráticas, tanto a nível nacional como a nível local, e o Sr. Engo Alferes utilizou algumas palavras que me feriram um bocado os ouvidos, que foram: «o Provedor do Munícipe desempenhará funções que são essenciais e ajudam à eficácia do funcionamento da autarquia». Eu até acredito que ajudem à eficácia, mas dizer que são essenciais ao funcionamento da autarquia, enfim, é pormos em dúvida o funcionamento duma instituição que é eleita.

Depois, há outro pormenor que é o seguinte: Provedor do Munícipe somos todos nós, Câmara Municipal, membros da Assembleia e membros das Juntas de Freguesia. E, por isso, a nossa bancada tem algumas dúvidas em relação à criação desta entidade, mas como não lhe reconhecemos nenhum mal à partida, temos duas propostas a apresentar: Primeira — A constituição de um grupo de trabalho nos moldes em que têm sido formados outros, para reflectir sobre este estatuto que a AME apreciará; Segunda — Sendo todos nós provedores do munícipe, porque não valorizar a democracia e o sistema electivo criando-se a Provedoria do Munícipe, em que a mesma fosse organizada por elementos paritariamente indicados pelos eleitos desta Assembleia ou das Juntas de Freguesia ?

Se se avançar para a constituição de uma equipa de trabalho, a bancada da CDU sugere já dois nomes: Carlos Percheiro e eu própria".



Por sua vez, o **Sr. Palma Rita** expressou: "Eu sinto alguma estranheza pelas dúvidas e reservas levantadas pela bancada da CDU sobre a utilidade desta figura, tendo em conta que foi aprovado pelo anterior executivo, a um mês das eleições autárquicas, um estatuto do Provedor do Munícipe.

Como fazia parte do programa eleitoral do PSD, eu tive o cuidado de procurar a documentação que existia sobre esta matéria e pedi ao Sr. Presidente da Câmara que me facultasse as actas onde a mesma foi aprovada e o estatuto que foi apresentado pelo Vereador Carmelo Aires, na altura. Existem já várias individualidades destas criadas a nível nacional. Há já um estatuto que vem da anterior gestão municipal mas a figura não está a funcionar. Existem algumas reservas jurídicas acerca da legalidade desta entidade e há uma necessidade de cautela com o facto de não se poder trazer à A. M. o estatuto já pronto, mas sim a necessidade de se criar um grupo de trabalho que equacione a elaboração de um estatuto que seja consensual entre as várias forças políticas e que avalie a viabilidade de criação com custos adicionais que sejam razoáveis e aceitáveis para o município, tendo em conta a situação financeira do mesmo e que, ao mesmo tempo, averigue a compatibilidade e o enquadramento jurídico da instituição desta personalidade. Por isso, propus ao Sr. Presidente da Assembleia que fosse agendada para esta sessão a formação deste grupo de trabalho mandatado para estas 3 funções".

"Não tenho como dado adquirido que o anterior Executivo tivesse já um regulamento. Sei que existiu sempre entre nós a questão da legalidade que, aliás, penso que não é um problema só nosso. De facto, gostava de precisar se houve mesmo um estatuto ? É mesmo uma pergunta de pura ignorância sobre a matéria", observou o **Sr. Carlos Percheiro seguidamente.** 

Prontificando-se a responder à interrogação posta, o **Sr. Palma Rita** elucidou: "Eu pedi, através da Mesa da Assembleia, à edilidade o estatuto que tinha sido elaborado e a acta da Câmara onde o mesmo foi aprovado, até porque na altura em que isto sucedeu ele foi publicado no «Diário do Sul».

Voltando a usar da palavra, o **Sr. Acácio Alferes** salientou: "Em primeiro lugar, quero dizer à Dra. Carmen Balesteros que não pesei as palavras, não considero que seja essencial, agora que é útil a figura do Provedor independente é, na nossa perspectiva.

Em segundo lugar, quero dizer ao Dr. Palma Rita que só tenho uma cara. O Sr. disse aquilo que eu lhe declarei, mas concluiu ao contrário. Eu disse, no dia 6 de Janeiro/03, a si e ao Dr. Jorge Lourido que íamos agendar isto, e o Sr. inquiriu.........«mas já há um estatuto» ? «Não, esteja descansado que o PS vai propor a constituição de um grupo de trabalho», foi isso que eu lhe respondi.

Já agora, também lhe queria dizer que o estatuto apresentado pelo ex-Vereador Carmelo Aires, que teve o cuidado de afirmar que não era em nome do PSD, não foi aprovado, uma vez que, por proposta do Sr. Presidente da Câmara, ficou adiado, porque era preciso aprofundar e vir à Assembleia, etc., etc.".

Seguidamente interveio o **Sr. José Russo** argumentando: "Em relação a este cargo do Provedor eu, pessoalmente, tenho algumas dúvidas porque não consigo percebê-la bem no quadro do funcionamento democrático local, dado que é diferente do nacional. Para mim, a questão é se nós



não deveríamos discutir primeiro a existência ou não da figura, para partirmos depois para a discussão do estatuto. Basta dizer que aqui, ao contrário do que acontece na Assembleia da República, o cidadão pode presenciar e intervir, como pode intervir nas reuniões da Câmara Municipal. Há espaços de participação do cidadão que não existem noutros fóruns da nossa democracia. Também é preciso saber se será pago ou não, se será funcionário da autarquia ou não, ou seja, há todo um conjunto de aspectos que é preciso decidir previamente. O que é que ele vai fazer ? Os instrumentos democráticos que nós dispomos de momento, em termos locais, não resolvem isso ? Onde é que não resolvem para nós irmos criar um Provedor ? Estas reservas eu tenho-as, sinceramente".

"O primeiro aspecto que devemos considerar é se devemos ou não partir para a criação do Provedor do Munícipe, porque, na verdade, no anterior mandato o assunto foi debatido em reunião de Câmara e não foi aprovado exactamente pelas reticências que aqui foram colocadas e foi proposto pelo Vereador Carmelo Aires.

Também na Assembleia Municipal a questão foi levantada pela bancada do PS e aí a bancada da CDU votou contra por um conjunto de questões semelhantes. Portanto, pensamos que talvez o primeiro passo a dar seja partir para esta discussão se é ou não de criar a figura do Munícipe e qual será a sua função e o seu estatuto", expressou posteriormente a **Sra. D. Carmen Balesteros.** 

Falando mais uma vez, **o Sr. Acácio Alferes** pronunciou: "Quero referir que, à partida, todas as hipóteses são possíveis de debate, não partimos com dogmas para isso. De qualquer maneira, se se questiona se é legal, temos que perguntar se é ilegal ? onde é que isso contraria a lei ? Põe-se o problema se há legislação democrática ? Há sim, senhor ! O que é que essa figura contraria o exercício da democracia ? Será essa individualidade um empecilho à solução dos problemas dos munícipes ou virá concorrer para os melhorar ? Tudo isso vai ser possível debater e parece-me que estamos a chegar a um consenso para a formação de um grupo de trabalho".

Para concluir este ponto, o **Sr. Presidente** asseverou: "Estou de acordo com o que se disse aqui, de que antes de se formar o grupo de trabalho temos que decidir se cria o lugar ou não. Mesmo que se decida fazê-lo, até se pode chegar à conclusão que tal não é possível em função do estatuto.

Se estiverem de acordo, pode ficar desde já combinado marcar-se um ponto para discutir a criação ou não e cada um virá munido dos argumentos que entender para o efeito. Deliberada a criação, então constituir-se-á uma equipa de trabalho para apresentar um projecto de estatutos. Posso concluir que há consenso à volta disto, não é"?

Aprovado por Unanimidade, tendo ficado deliberado que se irá inserir um ponto à ordem de trabalhos da próxima sessão ordinária da AME, para discussão da criação ou não do Provedor do Munícipe, sendo que, se a decisão for a da criação da individualidade, constituir-se-á um grupo de trabalho para a elaboração dos seus estatutos.



# PONTO 4 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CME SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara: "Durante os meses de Dezembro de 2002 e Janeiro de 2003, queria chamar a atenção para 3 intervenções que revelam particular atenção à vida do município. O primeiro tem a ver com os trabalhos de recuperação e renovação no centro histórico de Évora ao abrigo de uma candidatura que já vem de há 3 anos a esta parte, uma candidatura que foi primeiro do PROCOM, depois com a finalização do II Quadro Comunitário de apoio passou a ser o Grupo Com, que se traduz em duas componentes, uma componente de intervenção a nível dos pavimentos das infra-estruturas de superfície, em 52 ruas do centro histórico e por outro lado uma componente de apoio à iniciativa privada, nomeadamente a comerciantes, na recuperação dos seus espaços comerciais. É uma candidatura que envolve o interesse privado, dos comerciantes e o interesse público. Esta candidatura iniciou a sua execução no principio de 2001, tendo começado as suas intervenções na Rua da Lagoa, na Rua da Misericórdia, Largo Alexandre Herculano. Foi interrompida, por decisão do executivo anterior, em Outubro de 2001, porque se entrava em período eleitoral e se aproximava o Natal, e entretanto houve as eleições e após este executivo tomar posse introduziu algumas alterações significativas a nível da empreitada e da obra respectiva. O PROCOM previa apenas a intervenção à superfície, o arranjo de pavimentos, e nós entendemos que, já que se ia provocar incómodos à vida da cidade a nível económico e social, se deveria aproveitar para se procurar fazer uma intervenção tão profunda quanto possível a nível da infra-estrutura enterrada, o que deu origem a que se tivesse de reformular e formatar completamente os projectos, e que se tivesse de renegociar com a estrutura de gestão deste programa e com a Direcção Geral de Economia, e do gestor do PROCOM na medida em que houve necessidade do prolongamento do prazo da sua execução. Essa candidatura está em vigor e em exercício, e as obras reiniciaram-se no dia 7 de Janeiro na Rua Elias Garcia e no Largo de Camões, as obras têm um prazo de execução de 90 dias e foram precedidas de reuniões com os comerciantes e os moradores, a quem foi pedida a colaboração, estando as obras a decorrer de forma normal, com apenas uma semana de atraso devido a condições climatéricas. No decorrer das obras foram encontrados achados arqueológicos que foram estudados, registados e cartografados pela equipa responsável e também pela delegação do Instituto Português de Arqueologia e do IPPAR. Apesar dos contratempos a obra progrediu, e informamos a Assembleia Municipal que a obra que está em curso deverá estar concluída durante o Mês de Março. Nesta obra ficam toda a superfície de cablagem fica enterrada, as infra-estruturas eléctricas, a TV cabo, telecomunicações, o gás e a rede separativa de esgotos é feita onde é possível.

A nível da superfície, apesar de não haver num projecto prévio, vai-se proceder à eliminação de sarjetas em todas as ruas intervencionadas, e passará a haver caleiras laterais com grelha decorativa apropriada ao efeito de forma a que as águas pluviais sejam recolhidas pelas caleiras. Para além desta alteração ao projecto inicial, haverá também alargamento dos passeios, prolongamento do lagedo de granito do lado da arcada mais até ao meio da rua para se ganhar conforto à área pedonal.

Outro processo que também já está concertado com moradores e comerciantes num espirito de colaboração e de entendimento, são as ruas das Álcarcovas, de cima e de baixo, Rua 5 de Outubro, Rua Nova, Praça do Sertório, Travessa do Sertório e Rua do Salvador. A característica geral de intervenção de intervenção nestas ruas é a mesma, alteração profunda de tudo o que são



infra-estruturas enterradas, renovação da rede de águas com substituição completa de material de válvulas, renovação de redes separativas de esgotos, enterramento de todas as infra-estruturas eléctricas, TV cabo e a nível de pavimento, terá a nossa calçada tradicional com um corredor central de granito, por forma a manter o traço da nossa região mas que sejam estimulantes para quem anda a pé.

O segundo ponto tem a ver com a instalação do Conselho Municipal de Segurança, dada a sua composição e a importância em Évora, pensamos que é um ponto importante da vida do município, pois faz participar todos na vida do município nos seus vários segmentos representativos, de todos os problemas essenciais que advém da segurança sob o ponto de vista do combate a flagelos sociais, desde a exclusão às minorias, tendo as comunidades de estar preparadas para enfrentar todas as adversidades, que sejam consequência da insegurança.

O terceiro ponto tem a ver com o facto de se ter chegado à formatação de um protocolo com a Federação Nacional das Cooperativas de Habitação Económica, permitindo com isso iniciar o arranque da construção dos primeiros fogos de habitação social em Évora, os primeiros 16 fogos vão ser construídos na Praceta Natália Correia, e de 38 fogos na freguesia do Bacelo, na Praça das Coronheiras, seguir-se-ão mais 54 fogos na freguesia da Senhora da Saúde, que ainda não são lançadas nesta fase, mas que o serão certamente ainda este ano.

No que respeita a relações internacionais, a Câmara tem sido solicitada para inúmeras representações diplomáticas, políticas, de variados países, mas relevo nesta matéria a participação que tivemos na Direcção Organizativa das Cidades Património Mundial, que se realizou na cidade Brasileira de Olinda, uma cidade com características muito particulares, com um traço arquitectónico marcadamente português, a Senhora Presidente da Câmara encarrega-me de transmitir a todos os órgãos a sua saudação. É uma cidade que tem uma particularidade de relação com Évora que vamos procurar explorar. A cidade de Olinda foi a primeira cidade a receber o foral de cidade, no Brasil, e o foral da cidade foi passado pelo Rei D. Manuel I, e está neste momento na Biblioteca Pública de Évora, a ser investigado, e é um assunto que está neste momento em discussão com ministério da cultura, a cidade de Évora oferecer o foral à cidade de Olinda, o que seria uma iniciativa interessante, e gostaria que a Assembleia Municipal acompanhasse a Câmara nesse momento.

No âmbito cultural, realizou-se um Natal clássico, com um concerto na Igreja de S. Francisco, e a inauguração de uma exposição de presépios em parceria com o Comando da Região Militar Sul, que teve mais de 20 mil participantes.

A nível do desporto realizou-se o IV Critério de corta mato Paulo Guerra, e realizou-se o VII Meeting Internacional de orientação "Évora Património Mundial", que decorreram com o apoio da Câmara Municipal.

Na área do desenvolvimento económico foram dados passos significativos na instalação da Academia de Aeronáutica de Évora, no que respeita à capacidade de constituição do lote de terreno onde está instalada a Academia de Pilotos.

Na área do turismo continuou-se a acompanhar o projecto "Melhor Acolhimento ao Turista".

No planeamento urbano, na revisão do Plano Director Municipal, a sua primeira versão foi apresentada à primeira reunião de Comissão de acompanhamento que reúne na CCR, e o grau de aceitação da Comissão Técnica de acompanhamento ao PDM, que inclui o Plano Director Municipal e o Plano das freguesias, depois do parecer destas entidades virá a reunião de Câmara, depois irá a debate público e posteriormente virá à Assembleia Municipal para a sua última apreciação e votação.



Estamos também a preparar um concurso internacional para elaboração do Plano pormenor dos Leões, que é a zona de expansão Oeste da cidade e que será zona de grande crescimento nos próximos anos.

Na área do centro histórico, foi marcado essencialmente pelas obras que estão em curso e o planeamento das que se vão seguir. Apresentámos três candidaturas no âmbito do programa do fundo de turismo, sendo uma das candidaturas a renovação completa e total de toda a iluminação do centro histórico e da cidade, uma segunda candidatura tem a ver com a recuperação total de todos os chafarizes do centro histórico, e a terceira candidatura tem a ver com a museologia de todos os monumentos de acordo com um concurso de ideias para o mesmo.

No âmbito das vias de comunicação temos 3 grandes obras em curso, estando a circular quase praticamente concluída, a variante à estrada nacional 18 ramo Norte, na zona da freguesia do Bacelo e a via de cintura ramo Norte, o que já permite ver com clareza a nova entrada de Évora.

No âmbito das infra-estruturas urbanas continuaram as obras no Bairro Garcia de Resende e o Parque de Recreio das Coronheiras. Este último é uma situação que nos preocupa, porque é um parque que tem sido vandalizado inúmeras vezes, mas para o qual temos vindo a tentar encontrar soluções, em articulação com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Bacelo.

Na área do trânsito, foi particularmente significativa a experiência dos autocarros eléctricos que estiveram desde o Mês de Janeiro até inícios do Mês de Fevereiro, sendo uma experiência bem sucedida, tendo Évora o maior número de utilizações em relação às outras cidades, com cerca de 20 mil pessoas por mês.

Está prevista a utilização de autocarros a gás, mas para que sejam abastecidos é necessário um compressor especial para colocar o gás no autocarro, situação que a "Mercedes" está a tentar resolver. O circuito vai-se manter o mesmo."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra à Senhora Deputada Municipal Carmen Balesteros: "Na primeira informação que o Senhor Presidente ressaltou, as obras do PROCOM, as questões de ordem arqueológica afectam as obras, e toda gente sabe que a arqueologia e o património enterrado afecta as obras. Eu coloco uma questão muito concreta, que tem a ver com dois outros temas, um tem a ver com a redacção daquilo que se encontra na página 20 da informação prestada à Assembleia pelo Senhor Presidente da Câmara. Nesta página no ponto que diz "Planeamento da Intervenção URBCOM nas ruas....e reuniões com....", e aparecem á frente identificadas as empresas, os serviços técnicos da câmara e a arqueologia, eu tanto quanto sei a arqueologia é uma ciência, e não é uma empresa, não é um profissional liberal, não é um técnico da câmara, e por minha dúvida, gostaria que o Senhor Presidente me esclarecesse o porquê da arqueologia estar aqui entre vírgulas. Este assunto leva-me a questionar outra questão que me preocupa ainda mais, que tem a ver com a arqueologia e com o património enterrado, na anterior gestão da Câmara, a gestão diária do património identificado, minuto a minuto, foi difícil, mas houve opções ao que fazer com esse património. Lembro-me inclusive sobre a apreciação de uma comissão desta câmara, que foi a de uma estrutura encontrada e identificada na Praça do Giraldo, uma estrutura que foi à apreciação da Comissão de Arte e Arqueologia, com propostas concretas, que do ponto de vista histórico, cultural e turístico poderia ser uma mais valia para aquele espaço. Neste momento, depois das reuniões com aquela coisa que para mim é uma ciência, neste momento já há opções do que fazer com o património identificado?



A terceira questão, referiu o Senhor Presidente da Câmara, e muito bem, que Olinda é uma cidade muito bonita e muito especial e muito portuguesa, e referiu a intenção de oferecer o foral a Olinda. É claro que é uma ideia generosa e muita interessante, mas levanta alguns problemas, isso levaria a que, por exemplo, o Museu Nacional de Arqueologia oferecesse a sua colecção de antiguidades egípcias ao Egipto, que o Museu do Louvre e o Museu Britânico oferecesse a sua colecção de materiais ao Egipto e ao Iraque, e essas questões, como o Senhor Presidente sabe, essas questões não são pacificas, e a nível internacional cada um dos Países exige os seu património e essa questão ainda não está resolvida. Todos os países têm o direito de querer o seu património, mas a questão é, e nós temos o direito de nos desfazer desse património que também temos? Mesmo que acordemos oferecer, o foral a Olinda, que é generoso da nossa parte, e pela relação que temos com o Brasil, mas eu penso que era melhor optar por uma solução, eventualmente ofereça-se o foral, mas faça-se reproduções faximiladas daquilo que nós temos, e que guardemos a memória, e que não deixemos desaparecer esse património mesmo em nome das ligações Luso-Brasileiras, e se podermos oferecer a reprodução melhor.

Em relação à questão dos chafarizes, queria ressaltar a importância da sua recuperação.

O protocolo com a FENACHE, foi retirado depois da ordem de trabalhos o protocolo com a CHC, sendo apenas uma informação. Há uma coisa que me parece de alguma evidência, é que esse protocolo é destinado a habitação social e a pessoas que habitem em barracas ou similares, e eu que vivo em Évora quase há 30 anos, felizmente não conheço pessoas que vivam em barracas, há excepção das comunidades étnicas minoritárias, que provavelmente até habitam aí por opção. Mas mesmo que existam pessoas que habitem em barracas, há uma coisa que me começa a preocupar, é que ontem ao dar uma volta pela cidade, vi sem abrigos, e é que esses nem sequer têm barracas, e se quiserem passar ao pé do Hospital Espirito Santo poderão confirmar o facto.

Na página 16 e 19, da informação do Senhor Presidente da Câmara, sendo que, na questão da UNESUL, na última reunião da Assembleia houve uma intervenção sobre a questão da UNESUL, e houve uma troca de galhardetes entre o Vereador João Libório e o vereador Jorge Pinto, que nos deixou a todos preocupados sobretudo sobre a informação que o Senhor vereador João Libório trouxe, a minha questão é que aqui está referenciado o acompanhamento do processo de recuperação da empresa, e se nos podia fornecer informação actualizada sobre o processo de recuperação da empresa?

A outra questão tem a ver com o mercado municipal de Évora, e eu perguntava se era possível ter informação sobre as obras?

Na página 19, no ponto intitulado "Reuniões com os requerentes", diz-se principalmente os processos indeferidos ou aqueles que se arrastam há anos nos serviços...Eu gostava se fosse possível de sermos informados de algumas das reuniões com os requerentes de processos indeferidos, e as razões porque foram indeferidos e as razões que levaram agora ao seu deferimento?"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara: A arqueologia no meio das empresas, o sentido era colocar os serviços de arqueologia, mas penso

A arqueologia no meio das empresas, o sentido era colocar os serviços de arqueologia, mas penso que também não fica mal a arqueologia se misturar com plebe. Foram os serviços de arqueologia da Câmara Municipal que reuniram com as empresas e que estão a acompanhar diariamente e no local os trabalhos da obra, esse lapso evidentemente ocorre porque essa informação vem dos serviços, faz-



se uma leitura, mas este foi um pormenor que nos passou, não querendo evidentemente desprezar a arqueologia.

No que respeita ao que fazer ao património identificado, nestas obras foi identificada uma estrutura que corresponde a uma parte que se ignorava da distribuição da água do século XVI, foi registada, foi cartografada, foi fotografada e devidamente apreciada pelos serviços de arqueologia da CME, do IPA e do IPPAR que traduziu um atraso da obra de 3 dias pelo seu célere empenho. O que se procura fazer com este tipo de património é primeiramente registá-lo, um acompanhamento diário das obras pelos serviços de arqueologia da CME, a Comissão de Arte e Arqueologia que já reuniu mais vezes neste mandato do que nos últimos 3 anos. Estamos todos muito interessados em saber e descobrir o que temos no subsolo, mas no entanto com a ideia de que o facto de se encontrar achados arqueológicos não pode colocar em suspensão as obras, ou pôr em causa contratos de empreitadas ou colocar num prazo indefinido a conclusão da obra.

A questão de Olinda, queria dizer que o Foral de Olinda não propriedade da CME, e sim um património nacional, e concerteza não iria levá-lo sem mais nem menos para o Brasil. A informação que tivemos é que primeiro há que identificar o Foral, e que se for identificado o Foral de Olinda em Évora, na Biblioteca Pública, se encontrará em conjunto com o ministério da cultura as forma spossíveis de cumprir aquilo que é um direito legitimo, que a população de Olinda também conheça o Foral. A questão da titularidade dos patrimónios, por exemplo se o património que foi levado de Portugal aquando das invasões francesas, e que estão em museus franceses, se é de Portugal ou dos franceses que o roubaram, eu penso que se calhar é mais nosso do que dos franceses. Se me perguntarem de quem é o património da colecção de arte egípcia que está no museu Britânico de Londres, se é dos Ingleses ou dos egípcios, provavelmente é dos egípcios. Mas a intenção que existe em relação ao Foral de Olinda, é de se encontrar uma forma de através do Foral vincular e fortalecer as relações com uma cidade do outro lado do atlântico que tem coisas muito próximas da nossa cidade.

A questão do chafarizes, está previsto um projecto mais amplo um conjunto de intervenções, num protocolo que há com fundo de turismo, que se procura desenvolver e dar inicio este ano.

O protocolo com a FENACHE foi uma forma expedita, que mostra uma particular capacidade de construção da habitação a custos controlados, e que infelizmente ainda não tinham feito nada em Évora. Gostaríamos de ver todas as cooperativas de habitação que existem em Évora envolvidas na construção de habitação social.

Queria ainda referir que existe uma diferença entre barracas e casas abarracadas, a legislação determina essa diferença. As barracas propriamente ditas têm sido aquelas que a etnia cigana tem vindo a habitar, e que vão ser desalojadas das barracas e tentar enquadrá-las em condições muito próprias e muito especificas. Mas existem muito mais barracas, como o Bairro do Gancho, Bairro de Santa Maria, no Pátio ao pé da SOMEFE, e se a Senhora Deputada passar por estes locais vai constatar que é muito pior do que viver em barracas. São 2 000 famílias que estão inscritas, e que nestes últimos meses se tem vindo a complicar, porque existem pessoas que ainda não vivem em barracas mas que deixaram de ter dinheiro para pagar a renda, e têm acções de despejo, pelo que vêm à CME desesperadas, e a CME se encontra numa situação impotente para resolver o seu problema, e espero que à medida das possibilidades da Câmara se venha a resolver o problema.

Relativamente à UNESUL, está-se a acompanhar o processo de recuperação da empresa, a CME tem direitos e deveres para com a UNESUL, e é nesse sentido que a CME tem para com a UNESUL e nas obrigações e deveres que a UNESUL tem para com a CME, é desse ponto de



encontro que os procedimentos irão ser tomados. Há diferenças de pontos de vista, dado que a CME tem de zelar pelo interesse municipal, o que nos obriga a ser ponderados na utilização dos nossos recursos e dos nossos meios.

A questão do mercado municipal, a MME, é uma empresa de capital exclusivamente municipal, em que existem 3 sócios, mas só a CME entra com o dinheiro, e os outros dois estão lá só para pertencerem ao Conselho de Administração e de Gestão. É uma situação muito complexa, e estivemos reunidos com a globalidade dos serviços e das chefias, de forma a conseguir que a obra continuasse a decorrer, pelo que as contas estão a ser acertadas, e prevê-se a conclusão da obra do mercado nos meses de Maio/Junho. Faremos todos os esforços para que o mercado abra ainda durante o Verão.

Nos processos indeferidos, queremos que quando esta situação acontece se chame o munícipe e se explique porque é que o processo é indeferido, e apresentar alternativas para que o munícipe o posa ver viabilizado."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Deputado Municipal Raimundo Cabral: "Eu em 14 Outubro de 2002, fiz dois requerimentos, através do Senhor Presidente da Assembleia Municipal ao Senhor Presidente da CME, e até à data de hoje não tenho resposta desses dois requerimentos.

A segunda questão que queria colocar, é que segundo informações que tive existe uma anomalia num dos gabinetes da Câmara que levou um funcionário nas horas de trabalho ao hospital, porque uma determinada alergia que tinha era resultado das más condições atmosféricas de ar, e sei que levou o Senhor Presidente da Câmara a solicitar a uma empresa que fizesse um estudo sobre a situação, queria saber qual o resultado do estudo?

Queria ainda, um pedido de esclarecimento sobre o protocolo entre a CME e a FENACHE. Segundo me consta, o tribunal de contas já recusou o visto a outros processos quase idênticos por não haver concurso público. Já foi respondido o porquê de ser a FENACHE e não a CHC, e a minha preocupação é o facto de não haver concurso público levar o Tribunal de Contas a recusar este processo.

Houve uma homenagem ao escritor Urbano Tavares Rodrigues, tendo em conta que a Assembleia Municipal é convidada para todos os eventos, queria dizer que eu não fui convidado, o que talvez tenha sido um lapso."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Deputado Municipal Jorge Lourido: "Queria colocar uma questão que se prende com a retirada do ponto da ordem de trabalhos, que tem a ver com o protocolo da CME com a FENACHE e com a CHC. Implicando este protocolo uma alienação de património mesmo que em direito de superfície, em que termos é que a CME o fez?"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclarece o Senhor Deputado Municipal Jorge Lourido que este ponto é para ser discutido mais à frente, e que o Senhor Presidente informou a Assembleia que esse era um ponto não para deliberação, porque o valor do terreno se situava dentro



do patamar que constituía competência própria da CME, mas que a CME fazia questão de informar a Assembleia sobre essa matéria.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Deputado Municipal Jorge Lourido: "Queria dizer também que como membro da Assembleia Municipal não fui convidado para a homenagem do escritor Urbano Tavares, o que estranhei, e penso que foi uma falha."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Presidente da CME: "Relativamente ao pedido de esclarecimento que o senhor Raimundo Cabral solicitou sobre o seu requerimento, queria dizer que faz precisamente 4 meses e 7 dias, e o que o Senhor Deputado Municipal me pediu levou tempo a que a informação fosse recolhida junto dos serviços.

O estudo que foi encomendado, sobre a qualidade do ar da CME foi uma iniciativa que nunca tinha sido tomada anteriormente, sendo esta a primeira vez que tal estudo é elaborado. O funcionário que tem uma patologia alérgica trabalha na CME há muitos anos, e muita coisa havia a dizer sobre este assunto, no entanto, há uma empresa que neste momento se dedica aos cuidados de saúde laboral da CME. Foi um dos pontos de partida na reunião de Quarta-feira, é um problema com alguma complexidade porque eventualmente a origem do problema estará nos materiais utilizados nos tectos falsos, que aquela zona do edifício tem, há problemas na parte traseira do edifício, e as próprias condições em que a CME trabalha, porque a CME hoje não reúne as condições necessárias para garantir aos funcionários a qualidade ambiental, mas não é só deste mês, mas desde há muitos anos que não reúne. Estamos a tentar encontrar com os recursos próprios soluções, e essas soluções serão faseadas, procurando que as soluções encontradas não coloquem em causa o normal funcionamento da CME.

Relativamente ao convite para a homenagem a Urbano Tavares Rodrigues, se alguém não foi convidado foi por mero lapso dos serviços."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra à Senhora Deputada Municipal Carmen Balesteros: "Pegando na expressão plebeu que o Senhor Presidente da CME utilizou para a arqueologia, queria dizer-lhe que no sentido exacto do termo a arqueologia é plebeia, porque desde o Século XVIII que a Europa, depois da Revolução Francesa, não vive numa sociedade de ordens, somos todos cidadãos e a maior parte plebeus, mas mesmo no mau sentido, a arqueologia é plebeia, porque trabalha no dia a dia com aqueles que são considerados os plebeus no mau sentido, mas que são pessoas muito trabalhadoras e interessadas, e aquilo que esta cidade demonstrou ao longo do mandato anterior, é que os plebeus se interessam muito pelo património.

Mas eu deixava-lhe uma pergunta, a estrutura com que estou muito preocupada, e que valorizada ficava muito bem na Praça do Giraldo, que é a caixa de queda do aqueduto localizada na praça do Giraldo junto ao sétimo pilar da Arcaria e que julgo que é facilmente valorizada e recuperável, e já foi apresentada a proposta à Comissão de Arte e Arqueologia no anterior mandato.

A outra questão, sobre as obras que se iniciaram agora, de facto o acompanhamento é muito importante, mas uma pequena correcção, é que esse património que ali estava já estava registado, e



se fosse acompanhado com o levantamento documental já se sabia que a base dos chafarizes lá estava, e que o aqueduto passava por ali.

Quanto à questão das barracas, é natural que o conhecimento da CME seja mais próximo que o meu, mas todos sabemos que existem problemas de habitação em Évora, e estão a crescer, e isso leva-nos a outra questão é que os problemas de ordem social estão a crescer no Alentejo e na nossa cidade, de uma forma significativa no último ano.

Quanto à questão da UNESUL, queria fazer uma pergunta, e numa intervenção do Senhor Vereador João Libório, ficámos a saber que a CME não estava disponível para participar no processo daquela maneira porque desconhecia a existência de uma dupla hipoteca sobre o património da UNESUL.

Relativamente à questão dos processos pendentes, deve-lhe ter escapado a segunda linha Senhor Presidente da CME, porque diz processos à anos pendentes nos serviços, mas o Senhor Presidente disse na sua informação oral que não eram os do anterior mandato mas os deste mandato. Mas por isso naturalmente esta Assembleia gostaria de obter informação sobre isto."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Presidente da CME: "Naturalmente eu entendo o papel do Presidente da CME com um papel de informação, e eu não quero convencer a Senhora Deputada de nada, e tem o direito de ter a sua opinião, mas não posso fazer mais do que informar. Penso que é essencialmente uma questão de Português. Eu faço atendimento de dezenas de munícipes todos os dias, particularmente à Quinta-feira, e há pessoas com processos que se arrastam há 8 ou 9 anos."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Deputado Municipal Acácio Alferes: "Em primeiro lugar, desde há décadas a esta parte que não se via mexer com as mãos na habitação social como se vê mexer agora, não é ainda o necessário mas deve-se registar este esforço. Depois, também desde há muito que não se mexia no desbloqueamento da habitação e de urbanizações nas freguesias rurais com a intensidade e urgência com que se está a trabalhar agora. A forma como se estão a tornear as dificuldades e a criar parcerias no sentido de resolver situações que se vêm arrastando há anos, é de louvar.

Lemos no Jornal "Diário do Sul", que hoje há noite não vai haver água, porque pela primeira vez se está a fazer uma limpeza completa aos depósitos da água, e assim também se evita a degradação da qualidade da água."

# Ponto 5 - Deliberação para autorizar a CME a contrair empréstimos de curto prazo durante o ano de 2003.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Presidente da CME: "Todos os anos esta Assembleia tem de discutir e conceder ou não autorização à Câmara para que possa contrair empréstimos de curto prazo, sempre que necessários, empréstimos que a CME terá



necessidade de obter para gerir a tesouraria, e para suprir pagamentos que têm data muito definida. É um procedimento normal e todos os anos a CME necessita de recorrer a estes empréstimos, para a correcta gestão do Plano de Actividades."

O Senhor Presidente da Assembleia coloca à votação o ponto.

Aprovado por unanimidade.

Ponto 6 - Aprovação dos montantes das Taxas, Tarifas e Preços, que passaram a ser atribuição das câmaras municipais através dos decretos-lei, n.ºs 264/2002, de 25 de Novembro e 310/2002, de 18 de Dezembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Presidente da CME: "Foram retiradas competências aos Governos Civis e foram transferidas para a Câmara Municipal, e como tal é necessário CME ter legitimidade para as poder utilizar, o que só pode acontecer com autorização da AME. Os montantes das taxas que aí vêm obedecem a critérios que procuraram ser uniformes. Os valores que aqui constam são suportados por um parecer realizado pela Associação Nacional de Municípios, que fez um estudo sobre esta matéria e recomendou aos municípios que houvesse uma certa uniformidade nas taxas que aí vêm destinadas, é por isso que constam esses valores para as taxas respectivas."

Aprovado por unanimidade.

Ponto 7 - Deliberação sobre o Protocolo a estabelecer entre a CME e a CHC – Cooperativa de Habitação e Construção com vista à construção, tendo em vista a habitação social, de 16 fogos na Horta das Figueiras (Praceta Natália Correia), e de 38 fogos na Freguesia do Bacelo (Praça das Coronheiras).

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Presidente da CME: "Nas urbanizações acima de determinado limiar, é obrigatório nos processos de loteamento que sejam afectos uma área de pelo menos de 10% dos mesmos para habitação social. O problema do concurso público coloca-se quando a CME for adquirir os fogos, portanto, neste momento a CME não vai adquirir fogos, ou seja, faz um contrato com a CHC através do protocolo que tem com a FENACHE, para ceder o projecto, ceder o terreno e viabilizar a construção. Quando a CHC tiver as casas todas, a CME vai adquirir estas casas, mas antes de adquirir à CHC vai abrir um concurso,



porque poderá haver no mercado outras casas com esta finalidade e de melhor preço. Os casos que foram indeferidos foram porque a aquisição se fez sem concurso, e isso a CME não o fará. A CME optou por não correr o risco de amanhã ter de ser questionada pelo Tribunal de contas, e a celeridade com que queremos resolver este problema é um objectivo nosso. A explicação do concurso é esta, a CME fará concurso aquando da aquisição, cumpridas todas as normas desse concurso, a CME oferecerá habitação social."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Deputado Municipal Celino Silva: "Nós recebemos este dossier com o protocolo da FENACHE e com a CHC. Mas tenho algumas dúvidas, a CME tem determinados terrenos, vai ceder esses terrenos em direitos de superfície a uma cooperativa de habitação, e depois vai readquirir os terrenos com a casa feita, isto é, a CME vai comprar património em determinadas condições que cedeu.

Relativamente às questões do concurso público, foi dito que só depois das casas construídas é que se fará o concurso público, e se verá o que CME compra e o que não compra. Mas esse património objecto de concurso no final de todo o processo, é um concurso que a CME, depois eventualmente vai comprar um conjunto de casas que vai pôr à renda. É um concurso da cooperativa?

Não tenho nada a objectar à escolha da cooperativa ser a CHC, a FENACHE tem toda a legitimidade para dar uma indicação, e é bom que a CME esteja aberta a que outras cooperativas que estejam abertas a processos destes o possam fazer. Mas relativamente a este protocolo com uma cooperativa que vai receber património com direito de superfície, e que está avaliado, nós estamos perante uma unidade económica, a CHC que tem um estatuto especial perante o plano da política fiscal, especial perante um promotor privado de habitação. Na formulação das clausulas a cooperativa faz um contrato com a CME de construtor de habitações ou de mediador, porque poderá vir a abrir concursos a empreiteiros. A cooperativa tendo aqui um papel de construtor ou mediador num processo que faz uma adjudicação directa com a CME sem concurso, está a ser colocada em termos de favor em relação a outras entidades.

Neste processo, a cooperativa, vai de acordo com as regras que existem com a FENACHE, com a CME, as cooperativas podem, de acordo com o que está escrito no protocolo, fazer qualquer programa habitacional e ceder à CME uma percentagem, e a questão que coloco é se pode acontecer que deste contrato aconteça a cedência apenas de uma percentagem das casas feitas? Esta operação, sob o ponto de vista económico terá sido bem avaliada? Se a CME quiser fazer justiça com as famílias que com mais graves situações possam ser candidatas às casas quando as casas reverterem à CME, se calhar a CME vai ter de concluir que elas não vão pagar uma renda técnica mas vão pagar uma prestação pessoal em função do rendimento e do número da família, e essa renda é uma renda subsidiária."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Deputado Municipal Jorge Lourido: "Era só para lembrar que o protocolo assinado por esta Câmara, com o INH era um protocolo que já tinha sido proposto e que vinha a ser adiado consecutivamente. E foi logo a seguir à tomada de posse da CME, que este protocolo foi assinado pelo INH, portanto era um processo que já vinha de antes, essa política de habitação social, os projectos já estavam feitos, inclusivamente o estudo das pessoas a contemplar com o projecto, e só não avançou mais cedo porque tinha sido



recusado a quem de direito. Isto para dizer que a política de habitação social era uma preocupação que não teve a sua continuação por estrangulamentos que são bem conhecidos.

As outras questões que se levantam com este ponto, o facto de este ponto não ser um ponto sujeito a deliberação, tem a ver pelo facto de o montante não estar sujeito a deliberação. Mas levantam-se algumas questões, por um lado o recurso à FENACHE para informar quem aqui poderia construir, levanta algumas questões, porque de todas as cooperativas de habitação do Concelho a única associada à FENACHE é a CHC. A segunda questão que se levanta é que as cooperativas de habitação ao construírem tem como função social primeira o beneficio dos seus próprios associados, e neste contexto terá eventualmente alguns problemas de ordem legal, a construção de habitação que não vise os seus próprios associados. A outra questão, é que a não abertura do concurso público tem ou poderá vir a ter implicações graves com a inviabilização da futura compra, acabando todo este processo, por resultar não no beneficio das famílias que precisam da habitação social, já que a CME não poderá comprar as casas, e a cooperativa acabará por vendê-las aos seus associados. No fundo este processo poderá vir a resultar numa situação que todo o beneficiado neste processo é a CHC."

#### O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Presidente da CME:

"Todo este processo decorre através de um protocolo celebrado com o INH, e se o Governo do PS se mantivesse em funções, e se as políticas de promoção da habitação social e de acesso a crédito por parte dos municípios se mantivessem já muitos outros protocolos se teriam assinado com esta e com outras Câmaras do País que durante os anos anteriores, e muitas Câmaras da CDU, por exemplo o Montijo enquanto foi Câmara da CDU, Alcochete, Loures, veja o Senhor Deputado Municipal a quantidade de habitação social que foi construída. Essas habitações sociais foram construídas enquanto o Governo Socialista esteve no Governo. O protocolo que foi celebrado com o INH em nada difere com os outros protocolos que foram celebrados durante muitos anos por outras câmaras, e este protocolo tem duas modalidades, ou a construção de habitação por parte da CME ou a aquisição de habitação, são as duas modalidades que se prevêem, e não tendo a CME situação financeira para a construção optou pela modalidade de aquisição de habitação. Para adquirir habitação prevê-se um financiamento repartido em 3 componentes, um é se a CME der o terreno este é avaliado e pode ir até 20% do total da operação, 40% é financiado à cooperativa e os outros 40% serão financiados à CME aquando da aquisição, isto quer dizer que a CME por esta situação consegue ir construir estas casas de habitação social sem ter que dispender neste momento de nenhuma verba e é esse o objectivo, porque neste momento não tem verba para tal. Ou seja, a CME dá a terreno, avaliado em mais de 50 mil contos, a cooperativa é financiada em 40% para construir, e quando chegar a altura da aquisição a CME é financiada em mais 40% como empréstimo para poder proceder a essa aquisição. É neste sentido e é esta engenharia que está por trás e que permite à CME só quando tiver que adquiri as casas, e esperamos que nessa altura o actual Governo tenha repensado a situação que está a criar, que é a de considerar os empréstimos ao INH para a aquisição de habitação social contar para o endividamento das autarquias, tendo assim a CME para adquirir a habitação recorrer às suas receitas próprias, mas esperemos que no Orçamento para 2004 esse garrote esteja sanado. A CME prevê que, chegado o momento da aquisição da habitação social, não tenha os meios para adquirir a habitação, será ressarcida do valor dos terrenos e as cooperativas terão que continuar a desenvolver o contrato de acordo com os seus pressupostos, casas desenvolvidas para arrendamento social o que pressupõe um valor definido por portaria, e em que há uma fórmula que suporta uma renda técnica e uma renda assistida. Ou seja, a Segurança Social definirá uma renda que seja aquilo que a família pode pagar de acordo com os seu rendimentos, e a Segurança Social



apoiará essa família até chegar ao ponto de suportar uma renda social. A renda social é aquela que a Segurança Social através dos institutos de financiamento de apoio aos mais débeis acrescentará ao rendimento da família renda que tem de suportar. Queria ainda informar que a CME tem intenção de construir habitação social também nas freguesias rurais, mas só o fará depois de ter todas as condições ressalvadas para avançar com as mesmas."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Deputado Municipal Jorge Lourido: "É só para dizer que o protocolo tem qualquer coisa mal escrita, porque o ponto 3 do artigo 8 diz o seguinte, "no caso de incumprimento com o presente protocolo, por impossibilidade ou motivo imputável à CME, esta compromete-se a ceder os terrenos à CHC em direito de propriedade em ordem a viabilizar a alienação dos fogos aos seus associados, alienação essa que todavia terá de respeitar os critérios de regras de habitação a custos controlados", portanto não é para alugar mas sim para venda, o que poderá significar o chumbo por parte do tribunal de Contas."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Presidente da CME: "Senhor Deputado, se fizer apenas uma leitura desse ponto chegará a essa conclusão, mas há uma coisa que temos de ver, se for habitação que não possa ser de arrendamento social mas que for para alienação como um contrato, sabe o que isso significa? Significa 80 contos por m² da área habitada, o que significa que uma casa com 100 m², que já é um T3 ser vendido por 8 mil contos. Portanto continua a ter uma função social. Temos 2 mil famílias inscritas nos ficheiros da CME, a requererem habitação nem todos têm estas características de habitação social , muitas destas famílias têm condição para pagar 8 mil contos por um T3, mas só que no mercado não existem. Se a CME conseguir com esta iniciativa estimular a que as cooperativas coloquem um T3 no mercado por 8 mil contos, Senhor Deputado Municipal reconhecerá que estamos por essa via a dar um contributo às famílias com rendimentos mais baixos."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Deputado Municipal Celino Silva: "O Senhor Presidente quando referiu iniciativas de outros municípios, 90% deles são da área Metropolitana de Lisboa e do Porto, e esses municípios fizeram esses programas de habitação social ao abrigo de um programa especial de programas orientados para determinadas zonas do País muito carenciadas, que viviam em casas de barracas ou abarracadas, e escamoteou essa situação, quando as outras câmaras do País fora desta zona tiveram dificuldade de entrar no processo exactamente da sua situação de ordem financeira. O que me deixa preocupado é que lançado este programa com vista a resolver alguns problemas de famílias carenciadas e que vivem em barracas ou casas abarracadas, e se é assim, são famílias que cujo contrato num processo destes terá que ser um contrato de arrendamento e pagar a prestação pessoal de renda ou a renda social. O que é dito pelo Senhor Presidente é que, no caso de não poder ser renda social as casas continuaram a ter uma função social posto no mercado ao mais baixo preço ao nível dos custos de um contrato para habitação. O que eu gostaria é que um processo destes não ficasse com essa situação em aberto porque pode ser para aí que vai caminhar. Aquela ideia inicial de ser casas de renda social para famílias carenciadas pode ficar comprometido, porque no tal processo de concurso para aquisição a CME pode ter dificuldades em obter esses acordos para ser financiado nesse sentido, e este contrato deixa este campo aberto pode conduzir a algo contrário que a CME pretende.



O contrato que a CME assinou com o INH diz no n.º 2 quarto parágrafo que, a CME compete-lhe lançar os respectivos concursos públicos para adjudicação das obras nos termos da legislação em vigor, privilegiando o prazo de execução na situação sócio-económica e financeira", mas o que importa aqui é que a CME subscreveu com o INH regras que envolvem o concurso público."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Presidente da CME: "O Senhor Deputado Municipal não acrescentou muito àquilo que foi dito, este contrato estabelece-se num âmbito do programa PER, por isso destina-se não a famílias apenas carenciadas mas a famílias que vivem em barracas ou casas abarracadas, situações extremas. A questão do Tribunal de Contas, só se coloca desde a altura em que o Governo tomou medidas no que respeita a este tipo de contracção de habitação. Há uma margem de risco, ninguém está iludido sobre isso, temos alternativas e estas, espero eu, não vão ser as últimas habitações sociais a fazer ao longo do nosso mandato."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Deputado Municipal Vítor Santos: "Gostaria de realçar que esta solução que a CME encontrou para se dar inicio à construção de casas com estas características é de todo louvável, porque como foi claro neste últimos anos não foram construídas nenhumas com estas características, há um pequeno risco que poderá degenerar não no aluguer mas na alienação das casas aos associados da CHC, mas isso também como foi bastante claro é também uma iniciativa de âmbito social dada a carência da habitação social nesta cidade, parece-me que a alternativa era não fazer nada, e entre o não fazer nada e isto, penso ser algum contributo o que se está a fazer. Também não ouvi outra alternativa aqui expressa pelos deputados da CDU que levasse a construir casas que não fosse esta que a CME dá. Eu não consigo perceber o porquê da CDU estar contra, será que está aborrecida de se irem fazer casas que nunca se fizeram? Porque não vejo qualquer razão que possa contrariar esta solução que a CME encontrou. Porque a alternativa a isto é nada."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Deputado Municipal Celino Silva: "Não há aqui uma posição de contra de principio, o que há é uma preocupação de salvaguarda num processo que a nosso ver não tem as válvulas de segurança suficientes para que este processo conduza à produção de habitação social. Dizemos que eventualmente a CME poderia fazer concurso público directo para produção das casas com esse objectivo salvaguardado à partida, porque fica sempre em aberto, e está aqui claro o tal risco que não é tão pequeno como isso, porque as casas podem vir a não ser para habitação social, mas para venda aos sócios da cooperativa a custos controlados.

Em nenhum País que eu saiba se fez habitação social para famílias carenciadas que não tivesse uma componente fortíssima dos orçamentos de estado centrais. E o que as autarquias têm tido de condições nestes últimos anos depois de terem acabado os programas de habitação social dos anos 80, pelos Governos do PSD com o Eng.º Vieira Baptista à frente, foi aí que acabaram os programas de habitação social orientados pelo Estado."



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Deputado Municipal Vítor Santos: "A solução que o Dr. Celino Silva aqui explanou não levava à construção de qualquer casa, porque impedia, pelo facto da dificuldade financeira de fazer aquilo que ele refere, porque isso implicaria à partida a despesa que a CME agora não pode fazer. Face à situação que a CME tem a nível financeiro esta é a forma que a CME encontrou para fazer habitação social apesar do risco, por isso não compreendo os receios do Dr. Celino Silva."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Deputado Municipal Jorge Lourido: "A alternativa foi apontada, e qualquer cooperativa podia concorrer nas condições do protocolo que aqui está estabelecido."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Deputado Municipal Celino Silva: "Lembrou o Sr. Vitor Santos do conteúdo das suas intervenções. Não questionou os objectivos, apenas o facto de não estar garantido, à partida, que os fogos venham a ser atribuídos a famílias carenciadas e não ter sido efectuado concurso público."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Deputado Municipal Acácio Alferes: "Pela primeira vez se fala em barracas em Évora, porque até agora se tinha escondido essa situação."

Ponto 8 - Deliberação para autorizar a CME a vender em hasta pública 31 lotes de terreno.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal: "É um grupo de lotes de terreno que se encontram com o processo organizado em função da sua disponibilidade para venda em hasta pública, os objectivos serão aqueles que já hoje foram aqui explanados, com função habitacional."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Deputado Municipal Jorge Lourido: "Nós não temos na informação que nos foi enviada a localização dos lotes e a indicação de quais são, bem como o seu respectivo valor."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal: "Se o Senhor Deputado Municipal quiser eu faculto-lhe de imediato a informação sobre os lotes. São 31 lotes de terreno, no entanto não sabia que não tinham recebido a informação relativa aos lotes. O Senhor Vereador Miguel Lima já foi buscar essa informação e se a AME assim entender passaremos à frente nos pontos a discutir, e assim que a assembleia tiver essa informação então votaríamos o ponto."



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pergunta se alguma das Bancadas entende que a informação descriminada dos lotes de terreno é susceptível de impedir a votação do ponto. Pergunta ainda se a falta de informação prejudica o sentido de voto do Senhores Deputados Municipais.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Deputado Municipal Jorge Lourido: "A Bancada da CDU não se opõe à votação do ponto sem essa informação."

O Ponto ficou em suspenso para apreciação da informação relativa aos lotes de terreno e iniciou-se a discussão do ponto seguinte.

Ponto 10 - Deliberação sobre o Projecto de Regulamento do Mercado Temporário.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal: "Todo o conjunto de regulamento municipais têm de ser concertados, e ao longo dos tempos todas as alterações a que a CME quiser proceder relativamente aos regulamentos terá de trazer à AME. As alterações ao regulamento do Mercado Temporário são muito pouco significativas, mas têm a intenção de melhorar o relacionamento entre este tipo de actividade e a Câmara Municipal de Évora."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Deputado Municipal Rui Rosado: "Gostaria de saudar a aprovação deste regulamento e a sua revisão. Particularmente faz-me confusão a não limpeza no acto do após venda, e a quantidade de lixo que fica no Rossio de S. Brás depois das vendas do mercado. Em que aliás há legislação, que obriga a que a limpeza seja feita logo a seguir.

O estacionamento que é feito na via por algumas carrinhas perturba a circulação dos outros carros na zona da venda, e ainda queria colocar uma questão que é relativa a uma zona de venda de cerâmica junto à muralha do jardim, e vejo que até têm umas carrinhas de habitação temporária. Quero por isso saudar este regulamento e a sua aplicação."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal: "O que o Senhor Deputado Municipal diz faz todo o sentido, e no âmbito do programa que está previsto para a recuperação do Rossio de S. Brás este aspecto é lá contemplado. Ou seja, todos os feirantes após a venda e quando levantarem a tenda, o espaço em que estiveram tem de ficar limpo."

Aprovado por unanimidade.



Inicio da discussão que tinha ficado em suspenso do Ponto 8 - Deliberação para autorizar a CME a vender em hasta pública 31 lotes de terreno.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Deputado Municipal Jorge Lourido: "A Bancada da CDU irá abster-se, com o fundamento de que nos parece excessivo a quantidade de lotes que são injectados no mercado, diminuindo assim o próprio rendimento da CME e sem benefício para os munícipes."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Deputado Municipal Palma Rita: "Queria um pedido de esclarecimento no sentido de saber se há alguma alteração nos métodos de cálculo para a base de licitação?"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal: "Os anteriores lotes que vieram, por uma questão de coerência, foram colocados em hasta pública pelo preço calculado pelo executivo anterior, e estes que aqui vêem têm uma ligeira diferença, na ordem de 5% a 10%, de diminuição dos valores, porque há por um lado um negócio, a venda deste património e por outro lado para permitir promover a auto construção."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Deputado Municipal José Mateus: "Queria só fazer uma observação acerca do preço dos lotes. O lote que está em 2º lugar, que dá para fazer 4 fogos, contribui para o preço da casa com 10 mil contos. Ao longo destes últimos anos, a política da Câmara de colocar no mercado uma pequena quantidade de lotes de cada vez, levou a que as pequenas empresas cheguem às hastas públicas com a obrigatoriedade de comprarem a qualquer preço, sob pena de terem de despedir o pessoal e fecharem a empresa. Estes preços altos assim estabelecidos serviam de preços de referência para os grandes proprietários. Esta política deu azo a que as casas em Évora atingissem preços que são incomportáveis para a maioria das pessoas que aqui vivem."

Aprovado por maioria, com 19 votos a favor do PS e 1 voto a favor do PSD e 13 abstenções da CDU.

Indicação dos Deputados Municipais a integrarem o Grupo de Trabalho da Academia de Música:

- 1 João Lázaro (PS)
- 2 Nuno Lino (PS)
- 3 José Nascimento (PS)



- 4 Luís Pasadas (PS)
- 5 Jorge Lourido (CDU)
- 6 José Russo (CDU)
- 7 Maria Augusta Pereira (PSD)

# O Senhor Presidente dá a palavra ao elemento do público, o Dr. Américo Quintas, Presidente da Direcção da Academia de Música de Évora, que passou a expor:

"Neste momento estão reunidas as condições que julgamos necessárias para arrancar novamente com o funcionamento da Academia de Música de Évora, porque temos os órgãos sociais, vão-se realizar eleições, para se começar a dignificar a instituição que é centenária, e que está a viver um período complicadíssimo. Neste momento não pagamos a electricidade, a água aos professores, de tal modo que sem o orientador pedagógico da escola nada funciona, e a Senhora orientadora resolveu dizer, ao fim do primeiro período, porque lhe deviam algumas dezenas de contos, não são lançadas as notas. E neste momento os alunos da escola estão bloqueados porque não têm aulas e não têm notas porque nós não temos dinheiro. A Escola é uma obra que não pode morrer. Tem de se pôr de lado todas as tricas políticas, porque aquela escola para ser salva todos têm de dar as mãos e lutar todos no mesmo sentido. Há coisas que têm de ser dadas, um balão de oxigénio, porque se não conseguirmos nenhuma verba a curto prazo, nada daquilo que temos planificado conseguiremos fazer, e aí será irrecuperável. Perante vós queria dizer que todos têm responsabilidades se aquela escola fecha."

O Senhor Presidente da Assembleia agradece em nome de todos, e congratula-se pelo espontâneo consenso que se estabeleceu quando foi sugerida uma sessão da Assembleia para em conjunto se encontrarem as soluções de que a Escola de Música necessita.

#### A minuta da acta foi aprovada por unanimidade.

O **Sr. Presidente** deu por encerrada a sessão pelas 4 horas, do dia 22 de Fevereiro de 2003, da qual se lavrou esta acta, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e pelo Segundo Secretário.

**Presidente** – Luís Manuel Capoulas Santos

1º Secretário – José da Silva Costa Russo

2º Secretário – João Luís Latas Lázaro

(Acta aprovada por maioria, na sessão de 28/04/03, com 26 votos a favor e 5 abstenções)